

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A ALCA E A ESTRATÉGIA AMERICANA PARA A AMÉRICA  
LATINA E  
PARA O BRASIL**

**ANDERSON RICARDO DA SILVA**

**FLORIANÓPOLIS (SC), FEVEREIRO DE 2006.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A ALCA E A ESTRATÉGIA AMERICANA PARA A AMÉRICA**  
**LATINA E**  
**PARA O BRASIL**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia (TCC).

**Por:** Anderson Ricardo da Silva

**Orientador(a):** Prof<sup>o</sup> Dr. Armando de Melo Lisboa

**Área de Pesquisa:** Economia Internacional

**Palavras – Chave:** 1) Hegemonia  
2) ALCA  
3) América Latina / Brasil

**Florianópolis (SC), fevereiro de 2006.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota ..... ao aluno  
..... na Disciplina CNM  
5240 – Monografia (TCC), pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>(a)</sup>

Presidente

---

Prof<sup>(a)</sup>

Membro

---

Prof<sup>(a)</sup>

Membro

*Se o valor e as responsabilidades não forem enfatizados e “reabilitados” no Brasil, nosso futuro será para sempre a servilidade internacional. “Auto-excluídos” da vergonha não lutam, passam pela vida de mão estendida, pedindo.*

*Luiz Carlos Prates*

## **AGRADECIMENTOS**

A meus pais, pela vida, amor e ensinamentos que serviram de alicerce para minha educação.

Aos amigos, que sempre estiveram presentes nos momentos de alegria e que nunca faltaram nos momentos mais difíceis.

Ao meu orientador Dr. Armando de Melo Lisboa, que acreditou no meu projeto.

Aos eminentes professores do Curso de Economia que cederam seu conhecimento me fazendo ver que ainda tenho um longo caminho a percorrer, sempre em busca do meu aprimoramento intelectual.

## **DEDICATÓRIA**

**Dedico esta monografia a BE, pois só ela sabe tudo o que passei durante este longo caminho.**

## SUMÁRIO

- RESUMO.....	vii
---------------	-----

### **CAPÍTULO I: APRESENTAÇÃO**

1.1. Introdução .....	08
1.2. Objetivos .....	09
1.2.1. Geral.....	09
1.2.2. Específicos.....	09
1.3. Metodologia.....	09

### **CAPÍTULO II: O LIVRE COMÉRCIO E A DEPENDÊNCIA**

2.1. Fundamentação Teórica.....	11
2.2. A Dialética da Dependência.....	19

### **CAPÍTULO III: ESTRUTURAS HEGEMÔNICAS E A ALCA**

3.1. Hegemonia .....	33
3.2. A ALCA.....	39
3.3. Antecedentes da ALCA.....	42
3.4. Os Componentes Básicos da ALCA.....	44

**CAPÍTULO IV: AS ESTRATÉGIAS ESTADUNIDENSES DE DOMINAÇÃO  
HEMISFÉRICA**

4.1. Estratégia estadunidense para América Latina .....	50
4.2. A Estratégia estadunidense para o Brasil .....	51
4.3. O Conselho de Segurança e o Brasil .....	53
4.4. O Mercosul e o Brasil .....	53

**CAPÍTULO V: O BRASIL EM BUSCA DE UM FUTURO MELHOR**

5.1. Desafios e possibilidades .....	57
--------------------------------------	----

**CAPÍTULO VI: CONCLUSÃO**

6.1. Conclusão .....	60
----------------------	----

<b><u>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u></b> .....	<b>64</b>
---	-----------



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**ALADI** – Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração.

**AIEA** – Agência Internacional de Energia Atômica.

**ALCA** – Área de Livre Comércio das Américas.

**BC** – Banco Central do Brasil.

**BID** – Banco Internacional de Desenvolvimento.

**BIRD** – Banco Mundial.

**CEPAL** – Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe.

**CA** – Comunidade Andina.

**FMI** – Fundo Monetário Internacional.

**GATS** – General Agreement on Trade in Services.

**GATT** – General Agreement on Tariffs and Trade.

**MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul.

**NAFTA** – North America Free Trade Association.

**OEA** – Organização dos Estados Americanos.

**OMC** – Organização Mundial do Comércio.

**OTAN** – Organização do Tratado do Atlântico Norte.

**TNP** – Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.

**UE** – União Europeia.

**UNCTAD** – United Conference on Trade and Development.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por finalidade apresentar as questões relativas a reestruturação da nova ordem mundial enquanto tentativa de afirmação de uma nova hegemonia norte-americana, bem como das novas estruturas de poder que essa instrumentaliza. Trata também dos problemas ligados a integração hemisférica, no que diz respeito a ALCA e ao Mercosul, demonstrando a relação assimétrica formada entre centro e periferia, com foco na dependência latino-americana aos Estados Unidos. Observou-se por fim que a ALCA é um processo antidemocrático prejudicial ao Brasil e aos demais países da América Latina e que o processo de integração do bloco econômico latino-americano é um dos fenômenos mais importantes no cenário internacional para os grandes Estados periféricos.

---

Hegemonia – América Latina - Brasil

# CAPÍTULO I

## APRESENTAÇÃO

### 1. O PROBLEMA

#### 1.1 Introdução

A atual economia internacional é marcada pela globalização, onde a tendência á formação de blocos econômicos e comerciais é cada vez maior.

Fica cada vez mais visível que o futuro dos países latino-americanos está fortemente vinculado a um processo de integração econômica.

A crescente complexidade das questões relacionadas ao comércio internacional faz com que a problemática da integração entre os continentes seja de relevância estratégica para os países da América Latina.

É neste contexto que surge a proposta de formação da Área de Livre Comercio das Américas (ALCA), feita pelos Estados Unidos, o qual seria o eixo entre os acordos bilaterais levando-o ao seu objetivo intrínseco, acabando por ser o único juiz do processo de integração do continente americano.

“O Brasil é o único país, devido às suas dimensões e ao seu potencial, que pode competir política e economicamente com os Estados Unidos. Assim, é preciso encarar a ALCA como um projeto essencialmente entre Brasil e EUA, tendo em vista os parques industriais muito limitados dos demais países, com exceção do México e da Argentina e os vínculos políticos e jurídicos existentes entre EUA e a América Central e ainda entre os EUA e os demais países sul-americanos, altamente dependentes do mercado e dos investimentos americanos, como é o caso da Colômbia e da Venezuela. A questão que se coloca para o Brasil de um território único nas Américas se refere não aos demais países subdesenvolvidos de região, mas sim ao que ocorreria com a economia, a sociedade e o estado brasileiros como resultado da criação de uma Área de Livre Comércio com a principal potencia econômica, política, tecnológica e militar do mundo que são os Estados Unidos” (Guimarães 1999 : 121)

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Geral**

O projeto em questão procurará demonstrar em seu objetivo geral a importância do fortalecimento da integração do Brasil ao Mercosul para a formação de um bloco econômico como forma de contraposição à dependência dos países latino-americanos (periféricos) à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), proposta pelos Estados Unidos.

### **1.2.2 Específico**

Especificamente pretende-se compreender através de dados teóricos observados na Teoria da Dependência, de que forma os Estados Unidos conquistaram sua hegemonia e como a ideologia do livre comércio, praticado por este país, em todo o período de seu domínio hegemônico, tem sido uma estratégia de negociação intergovernamental, sobre a liberalização do comércio, visando basicamente abrir as portas das outras nações aos produtos e às empresas norte-americanas. Isto posto, procurou-se demonstrar a estratégia norte-americana para a América Latina e para o Brasil.

## **1.3 Metodologia**

A metodologia relaciona-se aos métodos e técnicas que são utilizadas na confecção de pesquisas científicas.

Sobre metodologia Gelinsk vai dizer que “na discussão dos aspectos metodológicos dos estudos, trata-se de explicitar preliminarmente que recursos analíticos serão usados para, estudando a problemática específica da pesquisa, chegar aos objetivos propostos. O caráter teórico, empírico ou histórico do trabalho marcará o tipo de metodologia a ser utilizada”. (Gelinsk apud Dulio, 1998: 34)

Nas ciências entende-se por método, o conjunto de processos que o espírito humano deve empregar na investigação e demonstração da verdade.

Para o presente trabalho foi utilizada a revisão bibliográfica para a fundamentação teórica, que conforme (Vergara apud Lakatos, 1990: 56) é o estudo sistematizado, desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais e redes eletrônicas.

## **CAPÍTULO II**

### **O LIVRE COMÉRCIO E A DEPENDÊNCIA .**

#### **2.1 - Fundamentação Teórica**

O livre comércio foi usado pelos franceses com o objetivo de fazer um Estado forte inicialmente visando á expansão posterior do mesmo. Até então as colônias e metrópoles só negociavam entre si. Era uma arma ideológica para destruir os Ingleses e Espanhóis. A regra da época para a Inglaterra, Espanha, Holanda etc. era o “protecionismo”. Ricardo quer quebrar as leis “cerealistas”. Essas leis davam subsídios para a agricultura o que fazia com que os produtos chegassem com altos preços para a classe assalariada. Para David Ricardo o Estado só deveria gastar divisas com produtos importados que a classe operária consome pois consumindo produtos que valem menos diminui a força de trabalho, ficando mais fácil para essa se reproduzir e consequentemente aumenta o lucro.

Vai estabelecer que na medida em o lucro aumenta os salários caem e vice versa. Estabelece uma estratégia ao explicar a desvalorização dos salários. 1º negar aos trabalhadores as condições de reprodução normais. 2º David Ricardo queria que só se importasse os bens que a classe trabalhadora consome desvalorizando o salário e melhorando as taxas de acumulação.

Quanto mais os trabalhadores produzem, mais barato fica sua reprodução devido à diminuição da quantidade de trabalho necessária para produzir determinado bem.

Em 1817 David Ricardo escreve o livro Princípios de Economia Política e Tributação. Em seu livro que trata tamém do comércio exterior, o autor vai mostrar porque é vantagem trocar, e que havendo comércio todos ganham nas trocas, melhor ainda no livre comércio. Ele vai dar o exemplo entre a Inglaterra e Portugal, onde em primeira instância temos os dois países produzindo vinho e produtos têxteis. Porém Ricardo vai dizer que é preciso que cada país se especialize na fabricação dos bens que se tenha a

princípio certa vantagem em comparação aos demais. No caso em questão, a Inglaterra ficaria com a fabricação dos produtos têxteis e Portugal com a fabricação de vinho.

Analisando melhor a situação anterior vemos que o Ricardo propõem é uma troca desigual. Por exemplo, 80 horas de trabalho na Inglaterra valem 120 horas de trabalho na Índia. Se fosse dentro da Inglaterra às 80 horas de trabalho só poderiam ser trocadas por 80 horas de trabalho. Dentro da Inglaterra a troca não pode ser desigual, a troca é de “equivalentes”.

Isso significa que a Índia dá mais trabalho por menos trabalho. David Ricardo vai dizer que existe essa diferença do valor do dinheiro em cada país. Segundo ele cada país deveria especializar-se naquilo que há de maior produtividade do trabalho.

David Ricardo tenta provar em seu livro as vantagens comparativas das trocas. O autor propõe uma especialização completa na produção, onde segundo ele os investimentos rendem mais se aplicados naquilo que o país produz melhor.

O contraponto entre Adam Smith e David Ricardo é observado no livro Sistema Nacional de Economia Política de List, o qual vai tratar dentre outros, do protecionismo.

Em seu livro List chama os comerciantes de traficantes, fala da pirataria, dos piratas capitalistas e diz que o protecionismo é o berço do capitalismo.

List vai observar como ocorre o protecionismo, seus mecanismos e estrutura, como os países conseguiram as grandes indústrias.

Para List o êxito do capitalista nasce da arte de combinar o livre comércio e o protecionismo com o objetivo de uma unidade nacional, pois a nação é uma força econômica. O autor está preocupado em mostrar o caráter dominante da manufatura sobre a agricultura. É um elogio à técnica. “A agricultura submetida à indústria e ambas acima do comércio” (List, 1983: 121).

O conhecimento das técnicas é decisivo. Para List o comércio não é somente a troca de bens, mas sim quem controla os sistemas de distribuição, pois quem domina o controle destes meios domina o comércio.

List apontou que por mais que o capitalista esteja indo bem, isto não quer necessariamente dizer que o país está indo bem. Há uma separação entre o capital individual e o capital nacional.

O autor coloca que deveria haver o protecionismo até se alcançar o nível das grandes potências para só depois abrir o comércio.

Vai ainda dar conta do capital intelectual, mostrando que os países não dão conta de gerar capital intelectual suficiente para alavancar a economia do país.

Os Estados Unidos da América buscam em outros países as capacidades intelectuais necessárias para suprir suas necessidades. Por causa deste movimento List vai chamá-los de “traficantes de pessoas”. É uma seleção muito clara de mão de obra qualificada dentro do processo migratório o qual é decisivo para os países. A nação é um conceito importante na medida em que consegue internalizar os processos de produção.

Para List falta um espírito na América do Sul, ou seja, falta uma burguesia que tome conta do assunto, mesmo que para isso a maioria do povo tenha que passar por certos períodos de grandes sacrifícios. “Comércio é um instrumento de poder político” (List, 1983: 124).

List vai verificar que a história real acontece toda em contramão ao que diz o manual. A nação é um conceito de força e nos Estados Unidos uma decisão de peso está nas mãos do presidente, da força política, indo contra o que dizem os manuais. Toma como exemplo os Estados Unidos, nação extremamente regulamentada com um Estado forte e poderoso, lutando pela proteção de sua economia o que não ocorre nos países latino americanos e subdesenvolvidos.

Já J.A.Hobson fez sua crítica ao imperialismo na tentativa de explicar o comércio internacional. Afirma que o imperialismo é nada mais que o interesse nacional das potências centrais sobre os demais países:

1- Verifica a função da crise e a acumulação de capital – processo desigual de produção de riqueza onde um ganha e os outros perdem.

2- Concentração de capital – a crise é como um elemento que destrói pequenos e médios capitalistas e fortalece os grandes grupos gerando um processo de concentração em larga escala de capital.

3- Concentração do capital industrial, concentração do capital bancário – gera o “capital financeiro” sob o domínio do capital bancário sobre o capital industrial – (ocorre uma fusão entre os dois segundo Lênin).

4- Exportação de capitais – fundamental para a conquista de novos mercados



5- Oligarquia financeira – importância da dívida pública no processo de acumulação de capitais.

6- Guerra comercial – através do protecionismo

7- Partilha do mundo e as guerras mundiais

O imperialismo segundo Hobson leva a uma lógica destrutiva, a um acirramento da concorrência, leva a guerra comercial que acaba por levar a uma guerra mundial, para que só então haja a “partilha” mundial.

O conceito de livre comércio surge depois do século XIX. A idéia de livre comércio não é uma idéia que foi gerada por ou com objetivos humanistas, mas sim para atender os interesses dos países centrais.

“Nem sempre a continuidade da produção interessa a todos, alguns podem estar interessados na sua interrupção. Quando um grande industrial tem interesse em criar uma interrupção ele causa uma queda no mercado onde ele entra comprando e passa a deter os meios de produção” (Veblen, apud Arrighi 1996: 262).

Quando os ingleses mudaram do protecionismo para o livre comércio, o fizeram porque esta atitude servia aos seus interesses e não porque eram bonzinhos. Assim que surgiu a oportunidade de mobilizar a indústria como instrumento de engrandecimento nacional, eles prontamente aproveitaram. Daí a idéia de associar a indústria com o poder demandado pelo Estado.

A expansão ultramarina permite a entrada de capitais, juros, lucro e quando estes entram no país (Inglaterra) fortalecem a libra – ao fortalecer a moeda doméstica fazem com que mais capitais entrem no país.

Esse processo é observado até hoje e no caso do Brasil onde também não há uma moeda forte, temos que depositar nossas reservas nos países que a tem acabando por transferir nossas divisas, lucros, juros etc. não só porque são países industrializados e de 1º. Mundo.

As empresas transacionais serviram como fonte de poder econômico para a manutenção da hegemonia americana.

O fato de a economia mundial estar centralizada nos Estados Unidos e os demais países terem suas economias fragmentadas serviu para impedir a perpetuação ou a volta do padrão ouro adotado pela Inglaterra.

A invenção da guerra fria “invenção do inimigo” entre os EUA e a ex União Soviética permitiu que os EUA através do plano Marshall justificasse todo tipo de gasto, movimentando a economia mundial. O plano Marshall deu início à expansão econômica dos EUA, mas não foi suficiente para a reciclagem da liquidez mundial.

Foi necessário um esforço maciço através do rearmamento mundial onde o único país capaz de fornecer as armas eram os Estados Unidos. O rearmamento maciço após a guerra trouxe a liquidez mundial necessária para sua expansão. “As guerras foram à mola para o sucesso econômico dos Estados Unidos” (Arrighi, 1996: 305)

No período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, o império ultramarino da Grã-Bretanha, e Índia em particular, haviam-se tornado mais essenciais do que nunca à auto-expansão do capital britânico em escala mundial. Como ressaltou Marcello de Cecco (Cecco apud Arrighi 1996: 37-8), ao ampliar a capacidade de seu império de obter divisas estrangeiras mediante a exportação de produtos primários a Grã-Bretanha “conseguiu viver sem ter que reestruturar sua indústria e pôde investir nos países em que o capital trazia lucros mais altos” (ver também Saul, apud Arrighi 1996: 62-3, 88).

Os Estados Unidos foram o país que captou a maior parcela desses investimentos, e aquele que deu aos investidores britânicos os maiores direitos sobre ativos estrangeiros e receitas futuras. Entre 1850 e 1914, o investimento externo e os empréstimos de longo prazo aos Estados Unidos somaram um total de US\$ 3 bilhões. Mas, durante esse mesmo período, os Estados Unidos fizeram pagamentos líquidos de juros e dividendos, em sua maior parte à Grã-Bretanha, num total de US\$ 5,8 bilhões. A consequência foi um aumento da dívida externa norte americana de US\$ 200 milhões, em 1843, para US\$ 3,7 bilhões em 1914 (Knapp, apud Arrighi 1996: 433).

“Numa linha similar, quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial, o ministro do Tesouro estimou que os resultados dos investimentos externos britânicos fossem suficientes para custear cinco anos de guerra. As movimentações maciças de divisas para Londres e um aumento de quase 300% nas reservas de ouro do Banco da Inglaterra, entre agosto e novembro de 1914, pareceram corroborar essas expectativas otimistas” (Milward, apud Arrighi 1996: 44-6).

Em 1915 a demanda britânica de armamentos, máquinas e matérias-primas superaram em muito que a Real Comissão de 1905 havia projetado. Grande parte dos equipamentos necessários só podia ser fornecida pelos Estados Unidos, e sua compra deu início à erosão dos direitos britânicos à renda nos Estados Unidos, bem como à acumulação de direitos norte-americanos sobre as receitas e ativos britânicos. Nos primeiros anos da guerra, os ativos britânicos nos Estados Unidos foram liquidados na Bolsa de Valores de Nova York com pesados descontos nos preços. Quando os Estados Unidos entraram no conflito e suspenderam as restrições aos empréstimos à Grã-Bretanha.

No fim da guerra, os Estados Unidos haviam recomprado por uma pechincha alguns dos investimentos maciços que tinham construído a infra-estrutura de sua própria economia doméstica no século XIX e, além disso, haviam acumulado imensos créditos. Ademais, nos primeiros anos do conflito, a Grã-Bretanha fizera empréstimos enormes a seus aliados mais pobres, sobretudo a Rússia, enquanto os Estados Unidos, ainda neutros, haviam tido plena liberdade para substituir com rapidez a Grã-Bretanha como principal investidor estrangeiro e intermediário financeiro da América Latina e em partes da Ásia.

“Graças a esse excedente e a seus créditos de guerra, os Estados Unidos equipararam-se à Grã-Bretanha na produção e regulação do dinheiro mundial, mas não a substituíram. O dólar norte-americano transformou-se numa moeda de reserva plenamente madura, tal como a libra esterlina. Mas nem o dólar nem a libra, isoladamente, respondiam pela maioria das reservas em divisas estrangeiras dos bancos centrais” (Eichengreen, apud Arrighi, 1996: 358).

A suspensão da conversibilidade da libra britânica em ouro, em setembro de 1931, levou à destruição final da única rede de transações comerciais e financeiras em que se baseavam os destinos da City londrina. O protecionismo exacerbou-se furiosamente, a busca de moedas estáveis foi abandonada e “o capitalismo mundial retraiu-se nos iglus de suas economias de Estados nacionais e dos impérios que lhes estavam associados” (Hobsbawm, apud Arrighi, 1996: 132).

Para Arrighi foi essa a “revolução mundial” que Karl Polanyi fez remontar à “ruptura do fio de ouro. Seus marcos principais foram o desaparecimento da *haute finance* da política mundial, o desmoronamento da Liga das Nações em favor de impérios autárquicos, a ascensão do nazismo na Alemanha, os planos quinquenais soviéticos e o lançamento do New Deal norte-americano. “No fim

da Primeira Grande Guerra, preponderavam os ideais do século XIX, havendo sua influência dominado a década seguinte. Mas em 1940 todos os vestígios do sistema internacional haviam desaparecido e, excetuados alguns enclaves, as nações estavam vivendo num contexto internacional inteiramente novo” (Polanyi, apud Arrighi, 1996: 23 - 27).

Na verdade, o contexto internacional de 1940 não era tão novo assim, já que as grandes potências do sistema interestatal achavam-se em meio a mais um confronto militar, que exceto por sua escala, ferocidade e destrutividade sem precedentes reproduziram um padrão repetitivo da economia mundial capitalista. Logo, esse confronto traduziu-se no estabelecimento de uma nova ordem mundial, centrada nos Estados Unidos e organizada por esse país. Em alguns aspectos fundamentais, ela diferiu da extinta ordem mundial britânica e se transformou na base de uma nova fase de reprodução ampliada da economia mundial capitalista. No fim da Segunda Guerra Mundial, já estavam estabelecidos os principais contornos desse novo sistema monetário mundial, em Hiroshima e Nagasaki, novos meios de violência haviam demonstrado quais seriam os alicerces militares da nova ordem.

Em consequência desse novo e maior aumento de seus saldos comerciais e de conta corrente, os Estados Unidos passaram a desfrutar de um monopólio da liquidez mundial. Em 1947, suas reservas de ouro equivaliam a 70% do total mundial.

A concentração e a centralização tanto da capacidade produtiva quanto da demanda efetiva foram igualmente impressionantes. Em 1938, a renda nacional norte-americana já era aproximadamente idêntica à soma das rendas nacionais da Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, e quase três vezes superior à da União Soviética. Logo a derrocada final da economia mundial centrada no Reino Unido foi extremamente benéfica para os Estados Unidos.

Os Estados Unidos não foram a primeira nação na história a se beneficiar tremendamente dos distúrbios da economia mundial de que ela era parte integrante e grande componente. Sua experiência fora prefigurada por Veneza, no século XV, pelas Províncias Unidas, no XVII, e pelo reino Unido, no XVIII. Como em todos os casos anteriores de enriquecimento e conquista de poder prodigioso, em meio a um crescente caos sistêmico, o grande salto a frete da riqueza e poder norte-americanos entre 1914 e 1915 foi, primordialmente, uma expressão da renda de proteção de que o país desfrutava, numa

posição singularmente privilegiada na configuração espacial da economia mundial capitalista. Quanto mais turbulento e caótico se tornava o sistema mundial, maiores os benefícios auferidos pelos Estados Unidos, em virtude de suas dimensões continentais, sua posição insular e seu acesso direto aos dois grandes oceanos da economia mundial. (Arrighi, 1996)

Seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos e dos autores que abordaram os temas em nossa área de interesse fez-se necessário a leitura de Rosa Luxemburg pois em seu livro sobre a acumulação do capital a autora vai abordar os aspectos destrutivos do capitalismo.

No capítulo que trata da luta contra a economia camponesa a autora fala sobre como a economia capitalista vai “arrancar” a mais-valia das formas não capitalistas através da indiscutível superioridade técnica da produção fabril em massa. Trata também do “divórcio” entre o artesanato e a economia agrícola camponesa mostrando como esse processo de desestruturação foi intensificado nos Estados Unidos.

“As estradas de ferro, ou seja, o capital europeu (principalmente o inglês), levaram o fazendeiro americano a atravessar, passo a passo, as imensas pradarias do leste e do oeste do país. Aí ele exterminou os índios, com suas armas de fogo, cães policiais, álcool e sífilis, transplantando-os violentamente do leste para o oeste, a fim de apossar-se de suas terras, das “terras sem dono”, desbravando e cultivando as mesmas. O fazendeiro americano, “o homem primitivo” dos velhos bons tempos de antes da Guerra de Secessão, era um homem bem diferente deste de hoje. Sabia fazer de tudo e subsistia em sua fazenda isolada, sem contatos com o mundo exterior.” (Luxemburg, 1984: 50)

“O capitalismo combate e suprime, onde pode, a economia natural, a produção de subsistência e a forma combinada da agricultura com o artesanato; implanta em seu lugar a economia mercantil. O capitalismo necessita da economia mercantil para vender sua mais-valia. A produção mercantil é a forma geral, que permite ao capitalismo desenvolver-se. Uma vez expandida a produção mercantil sobre as ruínas da economia natural, inicia-se a luta do capitalismo contra esta última. O capitalismo passa a concorrer com a economia mercantil; após dar-lhe vida, disputa-lhe seus meios de produção, sua força de trabalho e seu mercado. Seu objetivo inicial era isolar os produtores, desligá-los da proteção da comunidade, separar, depois, a agricultura do artesanato, e separar,

por fim, os pequenos produtores de seus meios de produção.” (Luxemburg, 1984: 53)

Luxemburg vai concluir que o resultado geral da luta entre o capitalismo e a economia mercantil simples é o seguinte: “depois de o capital ter substituído a economia natural pela economia mercantil simples, ele mesmo vai tomar o lugar desta última.” (Luxemburg, 1984: 63)

“Se o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não-capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exaamente, da ruína dessas formas. Necessitando obrigatoriamente do meio não-capitalista para a acumulação, dele carece como meio nutriente, à custa do qual a acumulação se realiza por absorção. Considerada historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalistas e os não-capitalistas. Sem esses modos a acumulação de capital não pode efetuar-se. Sob esse prisma, ela consiste na mutilação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não-capitalistas, nem permite que esta sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital.

O que Marx adotou como hipótese de seu esquema de acumulação corresponde, portanto, somente à tendência histórica e objetiva do movimento acumulativo e ao respectivo resultado teórico final. O processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil simples, e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – ao domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos.” (Luxemburg, 1984: 63)

## **2.2 Dialética da Dependência**

Para Rui Mauro Marini países desenvolvidos só podem existir em oposição dialética a países que não são desenvolvidos. A teoria das vantagens comparativas de Ricardo, na qual se encaixa o livre comércio, traz consigo a idéia de que a Inglaterra deveria produzir o que ela tinha mais capacidade e eficiência. Com isto, pensava-se que os países participantes do livre comércio sairiam ganhando e assim também o sistema capitalista.

No sistema Ricardiano, a hipótese de um benefício absoluto de um só país é nula. Atualmente pensa-se diferente, há uma revolução teórica. De acordo com Marini, Prebich afirma que a realidade na América Latina não é assim, ele diz que os preços dos produtos importados pela América Latina sobem enquanto os preços dos produtos exportados caem. O intercâmbio de mercadorias só seria vantajoso se a troca ocorresse na esfera de valor da força de trabalho, medida em horas trabalhadas e isso não ocorre. O que Prebich não capta é o fato de que o mercado mundial desvaloriza o mercado subdesenvolvido através do dinheiro. O autor, diz que exportamos produtos agrícolas e importamos produtos industrializados, e que a saída para a América Latina seria a industrialização, a qual seria a forma de superar a dependência. Para ele deveríamos superar a dependência superando o caráter agrário e avançando para a industrialização, pois este caráter agrário é sinônimo de atraso. Porém, promoveu-se a industrialização e a América Latina continuou dependente, subdesenvolvida, pobre.

Isto traz à tona a deterioração dos termos de troca, embasada nos preços baixos dos produtos agrícolas exportados. Portanto, não se pode fundamentar a dependência como sendo culpa do caráter agrário das exportações, pois houve a industrialização e não se resolveu o problema.

Na visão de Marini nossa exportação é embasada em multinacionais, então o produto exportado é na maior parte importado.

Em sua teoria do valor-trabalho Marx coloca que, o preço é a expressão em dinheiro de valor e o valor é dado pela quantidade de trabalho socialmente necessária para produzir determinado bem.

A mais-valia é segundo Marx o trabalho não pago ao trabalhador, é a apropriação por parte do capitalista de um trabalho realizado pelo trabalhador e não pago a ele.

- mais-valia relativa – extração de valor através do aumento da produtividade mantendo a jornada de trabalho, porém eliminando o tempo ocioso e introduzindo tecnologia.

- mais-valia absoluta – extração de valor pelo aumento da jornada de trabalho.

O salário para Marx, oculta o “roubo”, a extração de mais-valia.

Composição Orgânica:

Parte constante = capital constante (equipamentos)

Parte variável = capital variável (força de trabalho)

Logo quando há muito capital constante temos uma alta composição orgânica e quanto há muito capital variável temos baixa composição orgânica. Sendo assim quem tem uma composição orgânica alta, tem uma extração de valor maior, ou seja, produz mais mais-valia. Porém, à medida que diminui o capital variável, diminui a mais valia, e quebra a taxa de lucro. Lucro para Marx é a mais-valia dividida pela soma do capital constante com o capital variável. Chega-se num ponto onde não é possível aumentar mais o capital constante e essa é a saída para que tenhamos mais valia e mais lucro. Temos que ter mais mercadorias a um preço menor, ou seja, através do aumento da taxa de exploração.

Através disto verifica-se que o intuito do capitalista é produzir um maior número de mercadorias a um menor preço. Para isso é necessária uma alta taxa de exploração e uma alta composição orgânica do capital. E a tendência é um aumento do capital constante, desde que este não provoque uma crise e posteriormente um colapso, ou seja, desde que não chegue ao ponto de reduzir a mais valia.

A solução para a América Latina seria criar um capital com magnitude igual ou superior ao capital dos países centrais.

O que ocorre na América Latina?

A- Superexploração

- produz um mercado interno débil, uma esfera baixa de consumo (salário) e uma esfera alta de consumo (resultado da concentração de renda). Para que a esfera alta exista é necessário que a concentração de renda persista. Ex. EUA, Japão, Europa.

- fundo de acumulação – o ciclo do capital se fecha na exportação, por isso não se resolve o problema.

B- Concorrência entre capitais de diferentes magnitudes – exportação – transferência de valor – superexploração – dependência cada vez maior. Este é o ciclo da dependência.

Para Marini, não há como fugir do ciclo quando se forma a dependência, pois a ideologia que domina este ciclo é o livre comércio (que gera monopólios – sua contradição). Para o autor a solução seria o socialismo, pois este geraria uma “guerra”, pois isto significaria dizer à esfera alta de consumo que ela não terá mais o seu poder.



Quanto mais nos incorporamos ao mercado mundial, mais nos tornamos dependentes. Quanto mais aderimos ao livre comércio, mais aderimos à perda. Isto devido a uma deterioração dos termos de troca. O que exportamos vale cada vez menos e o que importamos vale cada vez mais.

As justificativas causais passaram pela natureza agrária das exportações até a falta de industrialização da América Latina, porém sem resultado que demonstrasse que a deterioração tenha bases nestes fatores.

Na visão cepalina, a deterioração dos termos de troca estava fundamentada na natureza dos produtos exportados. Na dialética da dependência, a deterioração dos termos de troca está fundada na composição orgânica do capital.

Para Marini, o problema das perdas está nesta composição orgânica, à magnitude do capital. Países com alta composição orgânica (multinacionais) ganham menos mais-valia, porém se apropriam da mais-valia de outros países (baixa composição orgânica – alta mais-valia) através de um valor médio social (preço médio\*).

Retomando, o que importa é a concorrência do capital. A baixa composição orgânica produz muita mais-valia porque tem alto capital variável (força de trabalho), ou seja, muita exploração.

Na América Latina ocorre que, como os capitalistas perdem no mercado mundial, tem que compensar isto de alguma forma, dentre elas:

- superexploração
- mais-valia absoluta
- mais-valia relativa
- transformação do salário num fundo de acumulação

Estes fatores fazem com que a remuneração da força de trabalho fique abaixo do seu valor.

A lei do valor destaca a importância do trabalho no processo produtivo. Para a teoria marxista, o valor está relacionado à quantidade de trabalho que é incorporado numa mercadoria. Desta maneira, e a diferença de outras correntes, não é utilidade que determina o valor das mercadorias, e sim o trabalho que envolve seu processo de produção. Porém o trabalho no modo de produção

---

\* Ex:  $C + V + MV$   
C = capital constante

V = capital variável

MV = mais-valia

- 1) C + V + MV
- 2) 80 + 20 + 20 = 120
- 3) 20 + 80 + 80 = 180
- 4) 70 + 30 + 30 = 130
- 5) 40 + 60 + 60 = 160

$120 + 180 + 130 + 160 = 590 \div 4 = 147$  (valor médio)

Quem levou 120 de valor para o mercado acaba ganhando + 27 para chegar ao valor médio de 147. Sendo assim quem tem uma composição orgânica alta, tem uma extração de valor maior, ou seja, produz mais mais-valia. Porém, à medida que diminui o capital variável e aumenta o capital constante, diminui a mais-valia e quebra a taxa de lucro.

capitalista implica a exploração na exploração do trabalhador na medida em que ele produz mais do que precisa para sua subsistência. Neste processo, o capitalista fica com uma parte do valor produzido, ou seja, se apropria de parte do trabalho do assalariado. Isto é o que se chama de mais-valia e é o motor que faz girar a reprodução capitalista. Para Marx o valor se fundamenta no trabalho e, portanto, se fundamenta em relações sociais. Dado que o trabalho é a fonte do valor e constitui a base do modo de produção capitalista, o capital, o dinheiro e as mercadorias constituem categorias sociais para Marx. (Katz, apud Marini, 2000: 128 )

Para Marx, a mercadoria no modo de produção capitalista materializa a relação entre um homem capitalista e um outro homem assalariado. Nesta relação o capitalista não é dono do seu trabalho, mas se apropria do trabalho dos outros e o faz com a finalidade de obter mais-valia. Ou seja, a atividade capitalista não se desenvolve visando à compra de outras mercadorias como nas sociedades mercantis, mas opera para produzir mais valor. A fonte que permite a produção capitalista e a mais-valia. Assim, a razão do capital consiste na transformação de dinheiro em capital, transformação de capital em mais-valia e transformação desta em novo capital (circuito D-M-D') Este ciclo em que o dinheiro se converte em novo capital (ou mais dinheiro) é o que se chama de acumulação de capital, e envolve uma relação social entre o capitalista e o assalariado a partir do trabalho.

Então, a acumulação de capital tem duas formas de se expressar: através da concentração de capital e de centralização do mesmo.

Por concentração de capital entende-se o aumento no volume de capital que resulta da capitalização da acumulação de mais-valia. Nas próprias palavras de Marx:

“Ao ampliar-se a massa de riqueza que funciona como capital, a acumulação aumenta a concentração dessa riqueza nas mãos de capitalistas individuais e, em consequência, a base da produção em grande escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas (...) Não se alterando com eles a concentração dos meios de produção aumentam enquanto o capital social acresce.” (Marx, apud Marini, 2000: 728).

Já por centralização do capital se designa o crescimento do capital a partir da união de vários capitais num só, ou seja, pela absorção de um deles por outro. Os capitalistas redistribuem entre eles capitais previamente acumulados. Ou seja, não acontece necessariamente aumento de capital total, mas do capital nas mãos de poucos capitalistas. Nas palavras de Marx:

“Não se trata da concentração simples dos meios de produção e de comando sobre o trabalho, a qual significa acumulação. O que temos agora é a concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. Este processo se distingue do anterior porque pressupõe apenas alterações na repartição dos capitais que já existem (...) O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é a centralização propriamente dita que não se confunde com a acumulação e concentração”. (Marx, apud Marini, 2000: 729)

A tendência à concentração e centralização do capital foi tratada também por Lênin “O enorme incremento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção em empresas cada vez maiores constituem uma das particularidades mais características do capitalismo” (Lênin, apud Marini, 2000: 186).

Lênin deixa claro em sua obra que o capitalismo quando chega a um determinado grau de desenvolvimento conduz ao monopólio e só algumas grandes empresas controlariam o capital. “Esta transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenômenos mais importantes para não dizer o mais importante da economia do capitalismo dos últimos tempos” (Lênin, apud Marini, 2000: 187).

Dentro da linha de concepção marxista, Marini explica como a partir da dependência latino-americana se configura uma estrutura social interna que envolve condições precárias de trabalho e, em última instância, aumenta o exército industrial de reserva e

com ele, a pobreza. A dependência ocorre a partir da transferência de valor entre as nações periféricas e as nações do capitalismo central e decorrência do processo produtivo. Os países que possuem um coeficiente orgânico de capital menor transferem valor para aqueles que possuem um coeficiente orgânico mais elevado. Dentro deste marco, a desregulação econômica aumenta o grau de dependência das sociedades periféricas em relação aos países centrais.

Segundo Marini a estrutura segundo a qual se organiza o capitalismo latino-americano é um capitalismo *sui generis* que não pode ser comparável ao capitalismo que se desenvolve nas economias centrais, mas que deve ser observado à luz do contexto internacional:

“É o conhecimento da forma particular que acaba por adotar o capitalismo dependente latino-americano, o que ilumina o estudo de sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram neste resultado.”  
(Marini, 2000: 107)

“Por dependência entende-se a relação de subordinação entre nações formalmente independentes, na qual a produção dos países subordinados é conduzida de tal maneira que garanta a perpetuação dessa condução. Assim, o resultado da dependência só gera mais dependência e o fim dela só pode significar o fim da relação de produção que esta supõe. De tal maneira que a relação de produção das economias subordinadas assegura a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2000: 110)

Para Marini a América Latina desempenhou um papel fundamental na criação da grande indústria a partir de sua tarefa de ofertar alimentos em nível mundial e, posteriormente, a partir da oferta de matérias-primas. Assim sendo, a participação da América Latina no mercado mundial foi fundamental para que o eixo de acumulação na economia industrial passe da produção de mais-valia absoluta, ou seja, intensificação da jornada de trabalho (exploração do trabalhador), para a produção de mais-valia relativa, ou seja, aumento da produção e ou desvalorização dos bens-salário. Isto foi possível na medida em que o ingresso de alimentos originários de países subdesenvolvidos nos países centrais permitiu a desvalorização dos bens-salário de seus trabalhadores. As economias latino-americanas não só foram fundamentais na exportação de produtos para a subsistência destes trabalhadores, mas desempenharam também um papel fundamental na

exportação de matérias-primas para a produção nos países desenvolvidos. Porém e de modo paradoxal, a maneira pela quais os países latino-americanos permitiram que ocorresse esta mudança qualitativa nos países desenvolvidos conduziu a um maior grau de exploração nos primeiros.

Ao longo do tempo, o aumento da oferta mundial de alimentos e de matérias-primas foi acompanhado do declínio dos preços desses produtos em relação aos produtos industrializados. Esta situação de deterioração dos termos de troca e a função desempenhada pela América Latina como provedor de insumos para os países industrializados continua ocorrendo no nosso tempo. Sobre esse tema, Furtado afirma que:

“Nunca é demais recordar que os preços dos produtos primários exortados pelos países do Terceiro Mundo apresentam historicamente tendência declinante. A média desses preços no quinquênio 1986-1990 correspondeu aproximadamente à metade do que foram quarenta anos antes, ou seja, em 1948-1955. Um grupo de analistas do Banco Mundial concluiu em estudo que esse declínio já se prolonga por mais de um século (The World Bank Economic Review, janeiro de 1988), declínio que vem se acentuando (...) Prisioneiros de uma lógica perversa, muitos países pobres procuram compensar a baixa de preços aumentando as exportações e obtendo financiamento externo, inclusive de agências multilaterais, para aumentar a produção” (Furtado, 2001: 42)

A América Latina importa tecnologias, equipamentos e maquinários, bens intensivos em capital dos países centrais. No entanto, o custo desses bens quando comparado com o custo dos bens exportados é muito alto. Os produtos exportados pelas economias periféricas são commodities industriais e outros produtos de “baixo valor agregado” na cadeia produtiva. A América Latina se especializou nas últimas décadas em duas atividades basicamente: a transformação de recursos naturais e as indústrias montadoras (cujas peças normalmente são importadas). Dado que os produtos importados pela América Latina envolvem alta tecnologia, e os produtos exportados, não, os preços relativos de ambos os produtos são muito divergentes. A assimetria nos termos de troca (na relação entre os produtos exportados e os importados) faz com que os países subdesenvolvidos vendam uma quantidade maior no mercado internacional para compensar os preços mais altos que as suas importações demandam.

A produção em maior escala que busca compensar à perda de valor que se consolida com o intercâmbio, a deterioração dos termos de troca, força os países subdesenvolvidos a produzir em maior escala: “Frente a esses mecanismos de transferência de valor, fundados seja na produtividade, seja no monopólio de produção, podemos identificar – sempre ao nível das relações internacionais de mercado – um mecanismo de compensação”. (Marini, 2000: 121). Este mecanismo de compensação constitui-se de um aumento na produção, ou do incremento na massa de valor produzida. Isto acontece quando: “[o capitalista] lança mão de uma maior exploração do trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos” (Marini, 2000: 122).

Assim sendo o que acontece nas nações menos desenvolvidas é que buscam compensar a perda gerada no comércio internacional através de um aumento nas exportações, o que advém de uma exploração do trabalhador, o qual por sua vez não garante a realização da produção.

Neste mesmo contexto, a transferência de valor explica o motivo pelo qual se dá a troca desigual, ou seja, porque acontece transgressão às leis do valor. Isto leva a que os países que perdem na troca busquem produzir uma maior quantidade de produtos para compensar a perda. Esse aumento na produção é realizado através da exploração do trabalhador em escala ampliada. Ou dito de outra forma, dada a transferência de valor entre um país desenvolvido e outro subdesenvolvido, existe uma troca desigual que tenta ser compensada nos países latino-americanos através da superexploração do trabalho (seja a partir da intensificação da jornada de trabalho, da extensão da mesma, ou da apropriação em escala ampliada – do trabalho necessário em que o trabalhador repõe sua reprodução) condição necessária para o aumento de exportações. Estabelece-se uma dialética na qual os trabalhadores não compram com seu salário aquilo que é produzido pelas economias locais – na medida em que são estas economias exportadoras – e, ao mesmo tempo, para sobreviver se busca exportar. Desta forma o ciclo produtivo “fecha fora” e a economia não cresce com uma dinâmica própria.

Nos países centrais a reprodução do capital acontece dentro do país; já nos países latino-americanos a realização da mercadoria se produz fora do país. Ou seja, o mercado interno não reproduz a força de trabalho na medida em que não é o salário do trabalhador

que garante a compra dos bens produzidos no país. Desta forma, os ciclos de produção e circulação do capital se encontram separados, sendo a exportação a única saída possível. Ao mesmo tempo, dado que a única saída é a exportação, não se produz para o mercado interno, formando assim um mecanismo dialético que perpetua e reproduz a condição de economias exportadoras. Levando em consideração que a circulação se efetua basicamente no mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto. Daí surge a tendência de explorar ao máximo a força de trabalho. O sacrifício do consumo individual em favor da exploração ao mercado mundial deprime os níveis de demanda interna e coloca o mercado mundial como saída exclusiva para a realização da produção. A demanda por exportação determina o que se produz; não se produz pensando no trabalhador e é por esse motivo que a força de trabalho pode deteriorar-se sem que isto incida na demanda.

Como na América Latina os salários não garantem a reprodução do capital, estes podem ser desvalorizados sem que isto influa na realização da produção. Além do mais, a existência de uma grande quantidade de mão de obra disponível reforça a possibilidade da desvalorização dos salários, já que a substituição da força de trabalho não é um obstáculo no processo produtivo. Assim, enquanto nos países centrais existe uma mudança qualitativa na produção baseada num aumento da produtividade, nos países periféricos a mais-valia nem sempre está relacionada com um aumento da produtividade, mas preferencialmente com o aumento da exploração. E esta característica nos países subdesenvolvidos gera condições de subsistência degradantes que se refletem na crise social que se vivencia na região nos últimos anos.

Marini considera dessa forma que existem três mecanismos de exploração do trabalho que não se baseiam no desenvolvimento de sua produtividade. São estes: 1) intensificação do trabalho, 2) a prolongação da jornada de trabalho, e 3) a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho.

Na América Latina Marini afirma que o modo de produção é gerado a partir da circulação e isso cria uma base não só produtiva, mas, sobretudo de organização social destinada a atender as demandas de produção que a circulação, ou seja, aquilo que o mercado externo determina. Assim a divisão internacional do trabalho determina uma formação social e não só uma economia exportadora que se especializa em poucos

produtos. Esse tipo de formação social é caracterizado por um desemprego estrutural e por um desgaste notório na condição de vida na classe trabalhadora. Ao discutir o valor e não o preço Marini está discutindo a forma de produção e não a comercialização no mercado mundial. Este autor parte da esfera da circulação e, a partir desta, chega à esfera da produção. Ele parte do fato observado: a deterioração dos termos de troca, e busca entender a raiz do problema na forma de produção. Diferente das concepções cepalinas, que lideraram a marcha da modernização econômica nos anos sessenta e buscaram combater a troca desigual a partir da industrialização, Marini afirma que a troca desigual deve ser combatida no modo de produção.

“O problema consiste em que a América Latina nada mais é que outra cara do desenvolvimento. Por isso, enquanto para Cepal o subdesenvolvimento é uma etapa, para Marini é o resultado da acumulação mundial, não cabendo as possibilidades de convergência dentro do sistema, a não ser que haja mudanças no modo de produção. O tipo de funcionamento que explora a classe trabalhadora na América Latina se constitui de maneira diferente do capitalismo que explora as classes trabalhadoras nos países centrais. Nestes, o aumento de mais-valia é acompanhado do aumento de produtividade do trabalhador, enquanto que na América Latina o aumento de mais-valia acontece relacionado à exploração do trabalhador, uma vez que o desemprego estrutural permite liberar mão-de-obra ao mercado de trabalho, e dado que não é o salário do trabalhador que realiza a circulação da mercadoria. Isso acaba gerando pobreza e conflitos sociais no continente latino-americano”. (Marini, 2000: 113)

Dentro do marco histórico no qual Marini analisa as economias centrais e periféricas, ele afirma que as economias latino-americanas tentaram se industrializar, mas esta industrialização foi incipiente e ocorreu sempre com estrangulamento financeiro. A grande demanda de capital foi financiada com capital estrangeiro, seja via dívida externa ou investimento estrangeiro direto. Uma vez que as exportações começam a ser maiores que as importações, a atividade comercial passa a pagar serviços de dívida, isto é, a atividade social passa a saldar favores no mercado financeiro. Além de demandar dólares para pagar a dívida, a existência de investimentos estrangeiros demanda cada vez mais dólares para que possam ser mandados capitais em forma de remessas de lucro para países de origem.



Assim não só a troca é desigual, mas serve também para pagar dívidas e remessas de lucros, dinheiro este que provém da atividade exportadora.

Além de ser a exportação a única saída para a realização da produção interna, o fato de precisar de dinheiro em moeda estrangeira para pagar dívidas, coloca também à atividade exportadora como “salvação” para o estrangulamento. Já que o Estado não gera produtos ou serviços transacionáveis, a única forma de obter dólares é através do setor exportador. Este fato obriga o Estado a auxiliar um grupo determinado e reduzido de agentes, o que intensifica ainda mais a tendência exportadora das economias periféricas.

Por este motivo o progresso tecnológico que acontece na América Latina na esfera produtiva ocorre preferentemente nos setores que se dedicam à exportação e nos ramos de bens suntuários. Uma vez que a distribuição de renda na América Latina é extremamente desigual, só as classes altas e o mercado internacional têm um poder de realização tal que faça girar a economia.

A empresa multinacional tende a centralizar as atividades de desenvolvimento de técnicas e inovações, assim como a decisão de gestão empresarial. A transferência tecnológica ao acontecer dentro de conglomerados não se adapta ao contexto local. Ou seja, não se desenvolvem técnicas novas nem próprias, se consomem técnicas estrangeiras. Além do mais, as empresas subcontratadas pelas multinacionais não criam uma dinâmica integrada com o resto da economia, nem em termos locais ou em nível nacional. Estas empresas são ligadas a matriz e com o país sede destas.

Para as empresas multinacionais não é interessante que novos concorrentes apareçam no mercado, eis a razão de:

“Impedir a transferência de tecnologia que permita o surgimento de competidores efetivos nos mercados de ponta mais lucrativos”. O objetivo de reduzir a velocidade de transferência de tecnologia, em especial em direção à periferia tem sido objetivo perseguido pelos Estados Unidos com vigor redobrado pela convicção de que sua gradual perda de parcelas no mercado mundial se deveria à pirataria tecnológica de países como o Japão. (GUIMARÃES, 1999: 94).

Os mercados mais lucrativos são aqueles onde se criam novos produtos graças as patentes e tecnologias, por meio das quais são criadas inovações em produtos antigos ou

são desenvolvidos produtos novos. Essas patentes e tecnologias são protegidas do conhecimento geral, permitindo auferir lucros extraordinários. A proteção criada a partir das patentes constitui uma barreira à entrada para outras possíveis concorrentes e a produção acaba sendo dirigida por poucas empresas multinacionais que configuram numa espécie de oligopólio mundial que organiza a produção a partir de uma rede de empresas terceirizadas pelo mundo.

Manuel Castells afirma que graças ao novo paradigma da tecnologia da informação é que a forma de organização em redes penetra em toda a estrutura social. As funções e o processo na era da informação se organizam cada vez mais em torno de redes: “Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura”. (Castells, apud Marini, 1999: 497). A lógica de redes para este autor determina uma configuração social, ou seja, as empresas rede transformam a sociedade. Este autor define a rede como uma ampla interconexão que inclui bolsas de valores, trabalhadores, campos de cultivo, entidades internacionais e conselhos nacionais. A mão-de-obra dentro desta nova configuração se encontraria segundo o autor, desregrada, fragmentada em sua organização e dividida em sua ação coletiva.

Nesta nova configuração, a mão-de-obra se encontra desarticulada, não sendo possível a organização sindical. Uma vez que o trabalho é local na nova configuração produtiva em redes seria necessária uma movimentação da classe trabalhadora em nível mundial (dado o tamanho da multinacional, sua capacidade de deslocamento e concentração de novos funcionários em qualquer região do mundo). “Desta forma a expansão da empresa multinacional não integra o mercado de trabalho, com o que os oligopólios podem explorar como queiram as diferenças de remuneração do trabalho entre diversas regiões, entre diferentes países e entre continentes”. (Chesnais, apud Marini, 2000: 91),

Dentro desta discussão sobre redes e especificamente sobre redes que não possuem uma interconexão simétrica, é que se coloca a relevância da empresa multinacional. Muitas delas se organizam em redes, dentro das quais atuam como líderes dentro da cadeia global em relação às diferentes empresas terceirizadas, ou a partir do estabelecimento de sucursais próprias pelo mundo. O processo de desregulação das economias nos países

periféricos, e especificamente na América Latina, faz parte deste contexto na medida em que ajuda a gestão dessas empresas.

A estrutura interna sofre transformações em decorrência da inter-relação com outras economias e, quando essas economias são altamente oligopolizadas em função do domínio de empresas enormes, as transformações sociais são altamente custosas. As mudanças ocorrem a partir da evolução do sistema sócio econômico mundial, mas principalmente da potência hegemônica que predomina no espaço e no tempo. No caso da América Latina, a grande potência que causa mudanças na estrutura sócio-econômica interna são os Estados Unidos.

Ainda em Marini vemos Sunkel afirmar que a natureza do sistema produtiva e a evolução institucional favoreceram enormemente a concentração das transacionais norte-americanas e num contexto latino-americano as transacionais que mais crescem são as dos Estados Unidos e a realização de lucro por parte desta empresa é cada vez mais importante para a economia daquele país.

“Percentualmente cada vez mais significativo do faturamento americano se realiza no exterior, o que corresponde a significativos fluxos de lucros para os acionistas americanos, compensando em parte o gigantesco déficit comercial do país” (GUIMARÃES: 93).

Para estas empresas, que já possuem um tamanho importante no seu país de origem, a concorrência em países latino-americanos com empresas normalmente não são tão complexas ou não possuem um nível de competitividade tão alto não é uma dificuldade. A liberalização do comércio e a política de ajustes macroeconômicos que vieram ocorrendo na década de 80 e se consolidaram na década de 90, levaram a uma concorrência mais intensa que acabou por destruir não só as empresas “não competitivas”, mas também aquelas competitivas. Além do mais, a onda de privatizações levou a que muitas empresas nacionais fossem apropriadas por empresas estrangeiras, levando setores chave da economia a ficarem desarticulados. Assim a capacidade do Estado de fazer políticas autônomas de desenvolvimento se vê cada vez mais reduzida.

## **CAPÍTULO III**

### **ESTRUTURAS HEGEMÔNICAS E A ALCA**

#### **3.1 Hegemonia**

O cenário e a dinâmica internacional em que os grandes Estados periféricos atuam organizam-se em torno de estruturas hegemônicas de poder político e econômico. Essas estruturas são resultadas de um processo histórico, beneficiando os países que as integram e têm como principal objetivo sua própria perpetuação.

Para Guimarães o conceito de estruturas hegemônicas é preferível ao de Estado hegemônico. Estado hegemônico é aquele que, em função de sua extraordinária superioridade de poder econômico, político e militar em relação aos demais estados, está em condições de organizar o sistema internacional de tal maneira que seus interesses, sejam assegurados e mantidos, inclusive com o uso da força quando necessário.

O conceito de estrutura hegemônica é segundo Samuel Pinheiro Guimarães mais apropriado para abordar os complexos mecanismos de dominação. O uso dessa denominação evita ter de se discutir sobre a existência ou não de uma potência hegemônica. Esse conceito é mais flexível e inclui vínculos de interesse e de direito, organizações internacionais, possibilidades de incorporação de novos participantes e elaboração permanente de normas de conduta.

O autor diz que, a dinâmica dos ciclos de acumulação capitalista e das relações entre o grande capital privado e o Estado e entre tecnologia, forças armadas e sociedade explica, em grande parte, os processos de formação das estruturas hegemônicas de poder.

Hoje, as estruturas hegemônicas, cuja liderança varia de acordo com o espaço geográfico, o momento e o tema em questão, desenvolvem constantes estratégias de manutenção e preservação de seu poder econômico, tecnológico, ideológico, político e militar.

As estratégias de preservação e de expansão do poder das estruturas hegemônicas se desenvolvem em várias áreas e utilizam várias táticas e instrumentos.

No passado, as diferenças políticas e econômicas entre as sociedades eram justificadas pelas classes dominantes como sendo uma vontade divina. Após a Revolução Francesa e Americana, essa diferença passou a ser explicada como sendo o “resultado das variações da capacidade natural entre etnias e classes sociais”.

A primeira estratégia de preservação e expansão das estruturas hegemônicas de poder é verificada através da expansão das organizações internacionais sob seu controle, tais como o Conselho de Segurança, centro de poder efetivo das Nações Unidas; a OTAN; a AIEA; o G7; a OMC; o NAFTA; o FMI etc.

Esses órgãos são utilizados pelos países que fazem parte das estruturas hegemônicas na elaboração de normas de comportamento internacional sobre o que seria permitido ou legal.

“A participação da maioria dos países da periferia nesse processo não é só considerada essencial, como chega a ser “exigida”, não para que tomem parte efetivamente da elaboração ou “aperfeiçoamento” daquelas normas, mas, sim para dar legitimidade e validade universal a tais normas e às eventuais aplicações de sanções internacionais contra infratores”. (Guimarães, 1999: 32-3)

De um lado, essas normas de conduta refletem a força relativa dos diversos integrantes daquelas estruturas hegemônicas e regulam suas relações dentro das estruturas. De outro lado, essas normas enquadram os Estados da periferia, buscando sempre o objetivo maior de preservação das estruturas, de seu poder e dos benefícios delas decorrentes para as sociedades dos Estados centrais que delas fazem parte.

A segunda estratégia de preservação das estruturas hegemônicas de poder é a de incluir “novos atores” como sócios menores, por conveniência tática ou pela necessidade de refletir novas realidades de poder em função de novas dinâmicas internacionais.

Outra estratégia das estruturas hegemônicas corresponde a um processo vigoroso e muitas vezes violento de isolamento e sanção de eventuais contestadores do seu poder.

“Grandes Estados periféricos, como o Brasil, sempre que se engajam em programas de fortalecimento político, econômico, militar ou tecnológico de natureza autônoma são vistos com suspeita, ameaçados e até atingidos por sanções. Por outro lado, a eventual fragmentação de seu território ou a criação de tensões internas através de iniciativas que incentivam a reivindicação de

territórios autônomos para minorias, que estimulam o fortalecimento de diferenças raciais e a ação de seitas fundamentalistas agressivas, seriam processos que contribuiriam para, no mínimo enfraquecer a coesão interna dos Estados da periferia e, assim, par o êxito da estratégia de preservação de poder daquelas estruturas hegemônicas” (Guimarães, 1999: 34-5)

Samuel Pinheiros Guimarães observa ainda que na estratégia de preservação de poder têm grande, crescente e pouco examinada relevância os instrumentos das estruturas hegemônicas de poder para a geração de ideologias para o consumo da população de todos os países, quer pertençam eles ao centro, quer se situem na periferia. O processo de elaboração de conceitos, de visões do mundo e de situações específicas, que o autor chama em seu livro de “ideologias”, se desenvolve em diversos níveis e se utiliza de distintos instrumentos.

“Sua validade, sua utilidade para a preservação e a perpetuação das estruturas hegemônicas de poder depende de serem tais “ideologias” percebidas como neutras, desinteressadas, ou melhor, ainda, de interesse geral, imparciais, ideológicas e verossímeis”. Muitas dessas ideologias, justamente por não terem tais características, vêm a ser contraditadas pela realidade. Sempre que isso ocorre, são substituídos por outras ideologias que as desmentem, ridicularizam e se apresentam como “novas” e agora sim, “verdadeiras”. (Guimarães, 1999: 35)

O controle desse processo é verificado pelo uso, quando necessário, do estrangulamento orçamentário e da designação de indivíduos para as funções centrais de coordenação de atividades de natureza técnica.

A formação nos países periféricos de elites e quadros simpatizantes e que admirem essas estruturas hegemônicas é mais uma de suas estratégias. Os programas de difusão cultural, bolsas de estudo, visitas de personalidades políticas e principalmente de formadores de opinião são instrumentos amplamente utilizados por essas estruturas.

Estes fatos acabam por gerar sentimentos de simpatia em relação ao estilo de vida, ao modo de ver o mundo e até as políticas que as estruturas hegemônicas de poder propõem para resolver as questões e as crises internacionais.

As estruturas hegemônicas desenvolvem suas estratégias de preservação e expansão de poder dentro de um cenário internacional. grandes países periféricos como o Brasil,

estão segundo Guimarães, inseridos em um cenário internacional caracterizado pela concorrência simultânea e interativa de cinco grandes processos de transformação:

- a aceleração do progresso científico e tecnológico;
- a reorganização territorial e de soberania;
- a reorganização do sistema produtivo;
- a concentração de poder tecnológico, econômico, militar e político;
- a reincorporação de territórios ao sistema capitalista.

No centro das estruturas hegemônicas se encontram as Grandes Potências e, dentre elas, a Superpotência, os Estados Unidos da América sendo o único Estado com interesses econômicos, políticos e militares em todas as áreas da superfície da terra e até no espaço. (Guimarães, 1999: 73)

Os Estados Unidos têm apenas dois vizinhos, os quais são muito mais fracos econômica e militarmente, não representando nenhuma ameaça para a sociedade americana, permitindo a essa mesma sociedade desfrutar de uma agradável sensação de estar em uma fortaleza militarmente inexpugnável.

“A dimensão demográfica, as características da população americana quanto ao nível educacional, a situação sanitária e de saúde e os índices de produtividade do trabalho, a capacidade da sociedade americana de absorver imigrantes das mais diversas origens com conseqüências estimulantes para a competição e o custo de mão-de-obra e, finalmente, a mobilidade geográfica e social da população criavam o maior e mais dinâmico mercado do mundo, com reduzido grau efetivo de dependência externa, exceto quanto a energia. (Guimarães, 1999: 75)

Guimarães identifica claramente os princípios e vetores de uma estratégia americana de caráter permanente nos campos militar, político, econômico e ideológico.

A grande estratégia econômica americana pode ser resumida na idéia de manter a influência hegemônica de interesses americanos, adquirida com a Segunda Guerra Mundial, como forma de contribuir para níveis de bem-estar cada vez mais elevados da população do país.

Os principais objetivos a serem alcançados no processo de implementação dessa grande estratégia são:

- implantar um sistema econômico internacional cujas normas garantam a mais livre circulação de bens, serviços e capital (mas não trabalho).

- manter a capacidade de proteção de setores da economia americana ameaçados pela competição estrangeira.

- induzir terceiros Estados a adotar instituições, normas de atividade e políticas econômicas semelhantes às americanas.

- garantir o acesso americano direto as fontes de matéria-prima essenciais à economia americana, em especial a energia.

- garantir a mais ampla liberdade de ação às empresas americanas que atuam em terceiros países.

- impedir a transferência de tecnologia que permita o surgimento de competidores efetivos nos mercados de ponta mais lucrativos.

“O objetivo de reduzir a velocidade de transferência de tecnologia, em especial em direção à periferia, tem sido perseguida pelos Estados Unidos com vigor redobrado pela convicção de que sua gradual perda de parcelas no mercado mundial se deveria a pirataria tecnológica de países como o Japão.

A razão dessa estratégia é a de que os mercados mais lucrativos são aqueles criados por novos produtos, mercados que a patente permite explorar com margens extraordinárias de lucros. Os produtos de tecnologia conhecida são transacionados em mercados mais competitivos e onde, portanto, as margens de lucro são menores. Quanto maiores às dificuldades à transferência de tecnologia, mais lentamente surgem competidores e durante mais tempo as empresas líderes podem auferir lucros extraordinários”. (Guimarães, 1999: 94)

Objetivos intermediários da estratégia militar americana:

- impedir a reemergência do Japão e da Alemanha como potências militares capazes de desencadear conflitos e de contestar a hegemonia americana;

- impedir a emergência de potências militares capazes de desencadear conflitos e de contestar, ainda que regionalmente, a hegemonia americana;

- manter a inviolabilidade do território americano;



- proteger os interesses americanos em terceiros países, se necessário pela força, e, em especial, assegurar o acesso a insumos básicos como petróleo;

- manter uma capacidade de intervenção militar direta rápida em qualquer região do mundo;

- conter o expansionismo territorial soviético;

- desenvolver sistemas de armas de alta tecnologia que permitam compensar uma eventual inferioridade numérica de forças convencionais;

- reduzir a probabilidade de perdas humanas americanas em combate;

A grande estratégia política americana pode ser resumida pelos seguintes objetivos intermediários:

- implantar por tratado e preservar uma organização política internacional, de âmbito universal, de duração indefinida e garantir o direito de veto dos Estados Unidos nas decisões dessa organização e a preponderância das decisões do governo americano sobre qualquer decisão internacional;

- agir para a implantação e permanência de regimes políticos, se conveniente democrático e representativo, em terceiros países que melhor lhe assegurem a influência e a defesa dos interesses políticos e econômicos americanos;

- auxiliar os movimentos políticos de oposição a governos que contrariem os interesses econômicos americanos e contestem as suas iniciativas política.

A grande estratégia americana para manter sua hegemonia ideológica e promover a aceitação dos modelos americana políticos, econômicos e sociais como o padrão ideal a ser alcançado por todos os países pode ser resumido da seguinte forma:

- garantir o livre acesso dos sistemas de divulgação do American Way Life a todas as sociedades;

- promover a divulgação dos ideais americanos através de sistemas de treinamento profissional para prováveis integrantes das futuras elites de terceiros países;

- garantir o controle dos secretariados de organizações internacionais de formulação ideológica internacionalista;

- apresentar o modelo socialista de organização política, econômica e social como intrinsecamente mau destruidor dos valores ocidentais;

- apresentar os Estados Unidos como paladinos da independência dos povos coloniais, da liberdade individual, da democracia, da iniciativa privada e dos valores espirituais do homem, da igualdade e da não discriminação étnica, social, religiosa e econômica.

“Nessa tática, os Estados Unidos se apresentaram através de seus aparelhos de propaganda oficial e privada, como os paladinos da democracia (apesar de seu apoio a diversas ditaduras) contra a ditadura socialista; da independência dos povos coloniais (apesar de seu voto contrário sistemático nas Nações Unidas à independência das colônias portuguesas), da não discriminação étnica (apesar da legislação racista do Sul e de toda a discriminação de fato até hoje existente contra minorias em geral); dos valores espirituais do homem (apesar do culto ao consumismo, a riqueza, ao hedonismo); da igualdade social e econômica (basta ver as escolas públicas e o sistema universitário de alta qualidade aos quais as elites têm acesso especial pela riqueza ou pela influência) e religiosa”.  
(Guimarães, 1999: 97)

### **3.2 A ALCA**

Na América Latina, a crítica ao modelo de desenvolvimento cepalino se traduziu em políticas de reforma contidas nos programas de ajuste estrutural. Tais programas chegaram ao auge na década de 80. No ano de 1989, foi realizada uma reunião em Washington para analisar as políticas neoliberais e o ajuste estrutural, que contou com a participação do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, membros do governo e do congresso dos Estados Unidos, o comitê da Reserva Federal, intelectuais e tecnocratas de diversas partes do mundo. Por “Washington” se compreenderia “o complexo político-econômico-intelectual” que assistiu a essa reunião. Foi daí que surgiu a denominação que foi difundida mundialmente como Consenso de Washington.

Os temas do Consenso:

1. Disciplina fiscal.
2. Mudanças nas prioridades com gastos.
3. Reforma tributária.

4. Liberalização financeira.
5. Busca e manutenção da estabilidade de preços e de tipos de câmbios competitivos.
6. Liberalização comercial.
7. Abertura a entrada de inversões estrangeiras diretas.
8. Privatizações.
9. Desregulações.
10. Garantias de direitos de propriedade privada.

O Consenso se constituiu como agenda política e econômica dos governos latino-americanos, e como estratégia neoliberal para um capitalismo mais globalizado. A implantação das reformas contidas no Consenso ocorreu em toda a América Latina com exceção de Cuba.

O êxito do Consenso se deu não só pelo fato de que novos grupos de doutores formados nos departamentos de economia dos Estados Unidos regressaram aos seus países de origem para ocupar cargos importantes e estratégicos no governo, mas também pela adoção do FMI e do Banco Mundial dos dez mandamentos do Consenso e posteriormente a aceção do projeto pela chamada “Terceira Via”.

Para o Consenso de Washington a figura do Estado se constitui como gestor e promotor de novos mercados e negócios para o setor privado e ara as multinacionais tais são os casos de seguridade social, os serviços públicos, as telecomunicações e o setor energético, entre outros, ao mesmo tempo, a política estatal incorporou em suas legislações nacionais os acordos da OMC.

Por esse motivo Estrada crê que deve ser cuidadosamente avaliado o processo da ALCA, pois observa-se um constante aprimoramento do sistema de poder transnacional. Desde os anos noventa se constata uma considerável institucionalização de direitos para as empresas estrangeiras, para as empresas transacionais e supranacionais. Isto faz com que os Estados-Nação se unão obrigatoriamente ao processo de globalização.

A ALCA representa um projeto de construção de uma ordem capitalista que regula relações entre empresas capitalistas privadas, em especial as multinacionais, ainda que

num formato de regulação estatal e dotada de mecanismos de proteção que o Estado pode prover.

“Essa ordem (sistema de poder) transnacional em pleno processo de constituição possui como um de seus pilares fundamentais, o poder político, econômico e militar estadunidense. Esse poder, que se ergueu como um verdadeiro poder imperial se reproduz em um ambiente de constantes disputas pelo controle e domínio hegemônico do espaço político, econômico e social com outros poderes constituídos dentro de um processo que bem pode ser definido como “transnacionalização regionalizada”. (Estrada, 2004: 130)

A constituição de uma nova ordem transnacional pré-supõe o domínio regional, e o controle hegemônico sobre o espaço territorial e as relações de produção que ali se constituem e reproduzam.

“Nesse contexto a ALCA deve ser compreendida com uma dupla conotação: por uma parte, é a expressão muito elaborada em um projeto político capitalista geral, e por outro lado, é uma manifestação de alguns interesses capitalista específico proveniente dos Estados Unidos.” (Estrada, 2004: 131)

As políticas do consenso foram criticadas desde o princípio pela ausência de formulações referidas a assuntos relacionados à equidade social, pobreza e o meio ambiente. Surgiu então o chamado Consenso pós-Washington, formulado pelo então diretor do Banco Mundial, o economista Joseph Stiglitz.

“As políticas derivadas do Consenso são incompletas e às vezes equivocadas. Fazer funcionar bem os mercados requer algo mais do que uma inflação baixa; requerem regulação fiscal, políticas que facilitem a transferência de tecnologias e promovam transparência. Também é indispensável segundo Stiglitz melhorar o conhecimento sobre os instrumentos necessários para promover o funcionamento correto dos mercados, e ainda, ampliar os objetivos do desenvolvimento para incluir outras medidas de crescimento, tais como o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento equitativo e o desenvolvimento democrático. Hoje em dia, uma parte muito importante do desenvolvimento consiste em buscar estratégias complementares que sirvam para avançar em todas essas metas simultaneamente”. (Stiglitz, apud Estrada, 2004: 89)

### 3.3 Antecedentes da ALCA

No pacto para o desenvolvimento e para a prosperidade: Democracia, livre comércio e desenvolvimento sustentável das Américas acordado na cúpula de Miami, ficaram decididos o estabelecimento ou criação da Área de livre comércio das Américas (ALCA), com prazo máximo de início em 2005.

“Cúpula das Américas, Miami 1994 (...) Nesse momento as políticas do consenso de Washington se encontravam em pleno processo de implantação da maioria dos países da América Latina, de tal modo que a mencionada reunião estava precedida de uma espécie de consenso político e ideológico entre Washington e as elites governamentais Latinas Americanas entorno de um projeto neoliberal e seu dogma principal: Democracia é igual a livre mercado”.  
(Estrada, 2004: 112)

Formulação do projeto da Alca segundo Estrada:

a: O livre comércio (sem barreiras, sem subsídios, sem práticas desleais) e com um crescente fluxo de inversões produtivas.

b: A eliminação dos obstáculos p/ o acesso ao mercado de bens e serviços entre os países da área promoverá o crescimento econômico.

c: O livre comércio e uma maior integração econômica são fatores-chaves p/ elevar o nível de vida, melhorar as condições de trabalho dos povos e proteger de melhor maneira o meio ambiente.

d: Sobre a base dos acordos sub-regionais e bilaterais existentes se ampliará e se aprofundará a integração econômica hemisférica.

e: Serão criados mecanismos sólidos que irão promover e proteger o fluxo de inversões produtivas no hemisfério bem como fomentar o desenvolvimento e a integração progressiva do mercado de capitais.

f: Será criada uma infra-estrutura hemisférica com a cooperação do financiamento do setor privado e das instituições financeiras internacionais.

Este processo, que requer um esforço de áreas como telecomunicações, energia e transporte, permitiriam o movimento eficiente de bens, serviço e capital, informação e tecnologia, que são base da prosperidade.

g: Se reconhece que a integração econômica e a criação de uma área de livre comércio serão tarefas complexas, particularmente em função das siglas diferenças nos níveis de desenvolvimento e do tamanho das economias do hemisfério.

Desde o lançamento da ALCA em Dezembro de 1994, até a reunião ministerial de Março de 1998 na Costa Rica observou-se um processo de desenho da estrutura, sendo que esta última reunião representou um ponto de inflexão no projeto ALCA, pois nela, os ministros recomendaram aos chefes de Estado de Governo o início das negociações e estabeleceram tanto a estrutura como os princípios e objetivos gerais a serem seguidos.

Com fundamento nas decisões da quarta reunião ministerial, as negociações da ALCA se iniciaram formalmente em Abril de 1998, durante a segunda Cúpula das Américas, feita em Santiago do Chile, apesar das evidencias manifestações da crise financeiro internacional observado no Sudeste Asiático a meadas de 1997 na Tailândia e seus severos efeitos sobre as economias Latinas Americanas, principalmente Brasil e Argentina. Em seguida vieram as reuniões ministeriais de Toronto a Novembro de 1999, Buenos Aires a Abril de 2001 onde foi reformado e onde se deu continuidade no projeto ALCA.

Quando houve a reunião ministerial do Equador em Novembro de 2002 o contexto político, econômico e sociopolítico havia sofrido importantes mudanças: a cruzada contra o terrorismo dos EUA depois dos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 se encontrava no auge e as estratégias do Consenso de Washington demonstravam sinais de esgotamento.

“As bondades do projeto político do livre comércio haviam sido plenamente desvirtuadas pela desastrosa realidade e os impactos das políticas pro liberais se expressavam de maneira demasiadamente dramática, em especial em um país cujas elites dominantes, EUA e os organismos de regulação supranacional como o FMI e o Banco Mundial, o haviam feito padecer durante uma década como, por exemplo, na Argentina.

Os elevados níveis de endividamento público e a carga de serviço à ascensão, o incremento da concentração do ingresso acompanhado do evento da pobreza e a

desocupação eram indicadores da situação de crise que afetava a maioria dos países Latinos Americanos. Tal situação havia incidido, sem dúvida, sobre o curso dos processos políticos da região, inclusive em alguns, caso as campanhas de eleição presidencial, particularmente na Venezuela, Brasil, Bolívia e Equador, haviam posto em evidência o quão longe estava a América Latina de uma situação de consenso e de estabilidade política, similar aquela em que foi formulado formalmente o projeto ALCA em dezembro de 1994 na cidade de Miami. Por isto é que a reunião ministerial de Quito no Equador em novembro de 2002 deve ser apreciada com um duplo sentido: o tempo que mostra os avanços na consolidação institucional da ALCA, em igual medida põe em evidência que tal projeto poderia ver-se afetado pelo curso dos processos políticos no continente: frente à euforia inicial, começaram a surgir dúvidas a respeito da viabilidade política do projeto e a necessária ativação de estratégias alternativas por via de acordos de livre comércio de caráter bilateral.” (Estrada, 2004: 115)

Em 2003 foi feita outra reunião ministerial na cidade de Miami, de onde saiu o que foi chamado de **ALCA light**, ou seja, um tratado de livre comércio que não incorporou os “temas pesados”, como se verá mais adiante, graças ao Mercosul e Venezuela.

### **3.4 Componentes Básicos da ALCA**

Até o final de 2004, no projeto ALCA constavam quinze capítulos que segundo Estrada estavam dispostos da seguinte maneira:

- a) liberalização do comércio para gerar crescimento econômico e prosperidade;
- b) geração de níveis crescentes de comércio de bens e serviços mediante a liberalização dos mercados;
- c) melhoramentos das competências e das condições de acesso ao mercado de bens e serviços, incluindo a área de compras do setor público;
- d) eliminação de obstáculos, restrições e distorções desnecessárias ao livre comércio;
- e) eliminação de barreiras ao movimento de capitais e de pessoas de negócios;
- f) propiciar o desenvolvimento de uma infra-estrutura que facilite a circulação de bens e serviços e inversões;

g) estabelecimento de mecanismos que garantissem um maior acesso a tecnologia mediante a cooperação e assistência técnica.

Quanto aos aspectos da normatividade Estrada vai dizer que o projeto ALCA transcende a esfera da circulação, atentando para a preocupação com o direito internacional colocado de forma a super-protoger os interesses estadunidenses.

“ 1º Nenhum dos Estados adotará medidas de nacionalização ou expropriação ou qualquer outra medida de mesmo efeito contra inversões que se encontre em seu território e que pertençam a outros Estados participantes, a menos que tais medidas sejam adotadas por motivos de utilidade pública ou de interesse social, sobre uma base discriminatória e mediante o devido processo legal. As medidas serão acompanhadas de uma indenização, adequada e efetiva.

2º A indenização será equivalente ao valor justo de mercado que tenha a inversão expropriada.

Por outro lado, no que se refere à proteção dos direitos de a propriedade intelectual, que compreendem entre outros, marcas, indicadores geográficos, direitos autorais, modelos industriais, etc. Em relação à propriedade sobre o conhecimento tradicional e o acesso aos recursos genéticos bem como a propriedade intelectual, se estabelece em uma das formulações que cada parte assegurará que a proteção conferida pelos direitos de propriedade intelectual será concedido, respeitando seus direitos genéticos, assim como os conhecimentos tradicionais de suas comunidades indígenas e comunidades locais. “Cada parte vai dispor em sua legislação nacional de uma definição sobre o assunto”. (Estrada,2004: 120-121)

1. A tradução dos pressupostos teóricos e políticos da noção de “livre mercado” a normatividade positiva. O projeto da ALCA transcende a esfera da circulação e inclusive na sua normatividade todas as fases do processo de produção – reprodução (produção, circulação, distribuição, consumo). Desde essa perspectiva, a normatividade não se limita unicamente a regulação do comércio. Os exemplos a seguir servem para ilustrar isto:

Primeiro: dentro das diferenças sobre o conceito de inversões que são objetos de negociações, se encontram: “o termo inversão, o qual se refere a toda a classe de bens e direitos relacionados com a mesma, sempre que tenha sido efetuado em conformidade com



as leis e regulamentos da parte contratante em cujo território se realizou, e compreenderá em particular, ainda que não exclusivamente:

- a- bens moveis e imóveis, o direito de propriedade sobre estes, assim como todos os demais direitos reais, tais como hipotecas, usufrutos e objetos
- b- ações, cotas sociais e quaisquer tipo de participação econômica em sociedade;
- c- direitos de crédito ou qualquer prestação que tenha valor econômico;
- d- direito de propriedade intelectual, incluídos direitos autorais, de propriedade industrial, etc;
- e- concessões outorgadas por lei, por ato administrativo ou em virtude de um contrato, incluídas concessões para explorar, cultivar, extrair ou explorar recursos naturais.

2. Qualquer modificação relativa deste formato, em que se reinvertam os ativos não se afetará seu caráter de inversão, sempre que essa modificação se efetue em conformidade com a legislação da parte contratante em cujo território se houver efetuado a inversão.

Segundo: no caso dos serviços, se assinala que as normas se aplicam às medidas por uma parte que afetem o comércio de serviços realizados pelos prestadores de serviços da outra parte. Tais medidas incluem mas estão limitadas a medidas que afetem:

- a- a produção, distribuição e comercialização, venda e prestação de um serviço;
- b- a compra, uso ou pagamento de um serviço;
- c- o acesso e o uso de sistemas de distribuição de telecomunicações relacionados a prestação de um serviço;
- d- a presença de pessoas de uma parte no território da outra parte para prestação de serviço;
- e- o outorgamento de uma fiança ou outra forma de garantia financeira como condição para a prestação de um serviço;
- f- o acesso a serviços que se ofereçam ao público em geral e a utilização dos mesmos com motivo de prestação de serviço.

3. No caso dos serviços o projeto da ALCA assume uma definição bastante ampla pois o termo “serviços” compreende todo serviço de qualquer outro setor, exceto os

serviços prestados em faculdades publicas, isto é, todo serviço que não seja prestado em condições comerciais e nem em concorrência com outros prestadores de serviço. De maneira mais específica, em uma das propostas normativas se estipula:

- a- nenhuma disposição deste capítulo será interpretada no sentido de impedir a outra parte de prestar serviços ou efetuar funções tais como a execução de leis, serviços de readaptação social, pensão ou seguro desemprego, seguro social, bens estar social, educação publica, saúde etc.
- b- não obstante a disposição do artigo 1.6.a, se um prestador de serviços devidamente autorizado efetuar funções governamentais tais como serviços de readaptação social, pensão ou seguro desemprego ou ainda serviços de seguridade social, bens estar social, educação, saúde etc, a prestação desses serviços estará protegida pelas disposições deste artigo.

A respeito das compras do setor público, a norma assinala que o objetivo da negociações sobre compras consiste em ampliar o acesso dos mercados para as compras do mesmo dos países da ALCA.

4. Essas clausulas aparecem de maneira reiterada em diferentes capítulos da ALCA. O “Acordo Nacional” se refere a circunstância de que um país não outorgará a otros países um acordo menos favoravel do que o outorgado em sua propria nação. De mesmo modo o “Acordo de Nação mais Favorecida” consiste em que toda a vantagem, privilégio o imunidade que um país conceda a outro será imediatamente otorgado. Dessa forma, a ALCA se constitui em um espaço para o fluxo de bens, serviços e inversões na qual a nacionalidade do bem, serviço ou iversão perde relevancia e sua discrição a qualquer forma de organização empresarial aparece como mais importante. A norma supranacional cria as condições para superar as diferenças do acordo entre empresas nacionais e estrangeiras.

5. Em relação as leis antidoping e direitos compensatórios o projeto do acordo preve a adoção de medias a nivel nacional ou regional para proibir as praticas contrarias as competencias. Em igual sentido, está revisto o compromisso de cada pate de permitir o acesso, em termos não discriminatórios das pessoas naturais ou domiciliadas juridicamiene

em qualquer parte do território, os mecanismos e procedimentos previstos em sua legislação nacional.

6. Trata da liberdade econômica a qual se encontra encaminhada para proteger a propriedade privada e cujo esboço incorpora um conceito de proteção adicional o qual compreende fatores de caráter extraeconômico de proteção da propriedade dos inversionistas.

O esboço do acordo coloca que todas as transferências relacionadas a alguma inversão deve ser realizada livremente e sem demora que inclui:

a- taxa de juros, dividendo, gastos com a administração, assistência técnica e outros cargos, taxa de juros em espécie derivados da venda ou liquidação, total ou parcial de inversões;

b- pagamentos realizados conforme contrato, incluindo pagamentos feitos conforme convenios prestados.;

c- pagamentos feitos em conformidade com a disposição sobre expropriação etc.

O conceito de proteção a inversão estrangeira possui um adendo jurídico para eventuais políticas de nacionalização.

1.º Nenhum dos Estados adotará medidas de nacionalização ou expropriação ou qualquer outra medida de mesmo efeito contra inversões que se encontrem em seu território e que pertençam a outros Estados participantes, a menos que tais medidas sejam adotadas por motivos de utilidade pública ou de interesse social, sobre uma base discriminatória e mediante o devido processo legal. As medidas serão acompanhadas de uma indenização, adequada e efetiva.

2. A indenização será equivalente ao valor justo de mercado que tenha a inversão expropriada.

Por outro lado, no que se refere a proteção dos direitos de propriedade intelectual, que compreendem entre outros, marcas, indicadores geográficos, direitos autorais, modelos industriais, etc. Em relação a propriedade sobre o conhecimento tradicional e o acesso aos recursos genéticos bem como a propriedade intelectual, se estabelece em uma das formulações que cada parte assegurará que a proteção conferida pelos direitos de propriedade intelectual será concedida, respeitando seus direitos genéticos, assim como os conhecimentos tradicionais de suas comunidades indígenas e comunidades

locais. Cada parte vai dispor em sua legislação nacional de uma definição sobre o assunto” . (Alvarez p. 120-121)

No projeto de normatividade , a duração da proteção do direito de patentes, não expirará antes que tenha transcorrido um período improrrogável de vinte anos.

6. Está previsto a eliminação das taxas de importação sobre os produtos agropecuarios, bem como a eliminação de qualquer forma de subsídio para a exportação dos produtos exportados de outros países. O projeto de normatividade contempla, igualmente, a regulação de um tema tão sensível quanto as chamadas “medidas de ajuda interna”, isto é, toda a política ou medida que afete as decisões de produzir, aplicada por uma das partes para sustentar os preços dos produtos agropecuarios, aumentar a renda dos produtores e melhorar as condições de produção e comercialização. Tais medidas se consideram de importância para seus respectivos setores agrícolas, mas também podem ter efeitos severos de distorção na produção e no comércio de produtos agrícolas. O projeto reconhece que só mediante negociações multilaterais se pode obter compromissos de redução de apoio interno, porque as partes concordam em seguir trabalhando para alcançar um acordo.

7. Nesse ponto a ALCA mostra as transformações do direito público internacional em função da globalização e das buscas por soluções de conflitos através de mecanismos alternativos como tribunais de arbitragem.

8. Sob esse aspecto a ALCA seria compatível com os demais acordos de integração dos últimos dez anos, seja pelo regionalismo aberto, seja através de convenios regionais de livre comércio.

9. Quanto a esse último ponto, o esboço do tratado fala da flexibilidade relativa em tempos de inflação dando tratamento especial a setores específicos da economia.

## CAPÍTULO IV

# AS ESTRATÉGIAS ESTADUNIDENSES DE DEMINAÇÃO HEMISFÉRICA

### 4.1 Estratégia estadunidense para a América Latina

Na América Latina, no Brasil e mesmo nos Estados Unidos, costuma-se ouvir, segundo Guimarães, o argumento de que a América Latina não teria valor estratégico para os Estados Unidos e que a queixa de que, por essa razão, a América Latina não receberia a prioridade a que teria “direito” e que outras regiões recebem dos governos americanos, republicanos ou democratas.

Que a América Latina não receba os recursos o tratamento e a consideração que faz por merecer é uma coisa mas não há como negar que a América Latina é sim uma zona estratégica, se não for à zona estratégica mais importante para os interesses estadunidenses. “Talvez ela não receba tal atenção, justamente por se encontrar tão dependente militar, política, econômica e ideologicamente dos Estados Unidos, a tal ponto de suas autoridades não mencioná-la em discursos, programas, relações de prioridades e memórias” (Guimarães, 1999, p. 99).

O fato de os Estados Unidos terem incluído o México no NAFTA, de terem lançado a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), de se preocuparem tão intensamente com Cuba, revela seu especial cuidado em garantir sua influência hegemônica na área que lhe é mais próxima.

A estratégia política americana na América Latina tinha e tem como principal objetivo manter e preservar a **Doutrina Monroe**<sup>1</sup> e estruturar um organismo hemisférico que legitime as intervenções militares americanas, quando estas se fizerem necessárias

---

<sup>1</sup> Os princípios enumerados nela eram basicamente defensivos. Os Estados Unidos se colocavam como protetores das nações latino-americanas recém-emancipadas, repudiando qualquer intervenção armada programada pela Santa Aliança. A mensagem era uma advertência às potências européias no sentido de que não tentassem reativar o domínio colonial sobre o continente, nem interferissem nos princípios republicanos imanentes ao processo de emancipação: o Novo Mundo estava fechado a toda futura subordinação à Europa. Em síntese, a teoria contida na mensagem se baseia em três princípios gerais: a) o continente americano não pode ser objeto de recolonização; b) é inadmissível a intervenção de qualquer país europeu nos negócios internos ou externos de países americanos, e, finalmente; c) os Estados Unidos, em troca, se absterão de intervir nos negócios pertinentes aos países europeus.

Conforme Guimarães estratégia econômica para a América Latina tinha como principal objetivo manter os mercados latino-americanos abertos para as suas exportações, em especial industriais e seus investimentos, através das teorias econômicas liberais, em especial das idéias de vantagens comparativas, de especialização agrícola e de livre comércio. Nesse esforço, os Estados Unidos acenam com a abertura do mercado americano, bilateralmente ou através de uma eventual integração hemisférica.

Já a respeito da estratégia militar para a América Latina Guimarães vai mostrar que os EUA tinham como objetivo central manter as Américas como zona de influência militar exclusiva americana. Esse objetivo seria alcançado por meio da influência sobre o pensamento estratégico de formação de oficiais e da inferioridade das Forças Armadas latino-americanas em termos tecnológicos; de acordos de vendas de armamentos de segunda e terceira geração e da garantia de acesso preferencial americano às matérias primas estratégicas da região.

Por fim, Guimarães observa que a estratégia ideológica tinha e têm com objetivo central tornar os Estados Unidos a nação líder e modelo para os demais Estados do hemisfério. “A criação e a existência de grupos nacionais simpatizantes dos ideais e das políticas dos Estados Unidos torna indispensável à garantia do acesso a todas as sociedades, dos meios de divulgação do **American Way Live**, em especial o cinema e a televisão e a expansão do uso da língua inglesa e da influência cultural americana, através dos institutos de língua, do intercâmbio de estudantes e dos programas de bolsas de pós-graduação.” (Guimarães, 1999: 100)

#### **4.2 Estratégia estadunidense para o Brasil**

“As dimensões geográficas, demográficas e econômicas do Brasil, seu potencial, sua posição geopolítica estratégica na América do Sul em face a da África, o torna o único possível rival da influência hegemônica dos Estados Unidos no hemisfério ocidental sul” (Guimarães, 1999: 101).

Os EUA tentam aumentar sua influência sobre a elite brasileira e convencer essa mesma elite de que é irresistível, benéfico e inevitável a influência hegemônica e a

liderança norte-americana no hemisfério, sem deixar é claro que esta mesma elite se torne um entrave aos objetivos estadunidenses.

Do ponto de vista de sua estratégia militar os Estados Unidos têm procurado manter sua influência sobre o conjunto de princípios e equipamentos militares brasileiros, argumentando que a inexistência de inimigos ou de ameaças visíveis no momento atual, fazem prever uma era de paz e harmonia, em que as Forças Armadas brasileiras devem ser reduzidas em efetivos adaptando-se a luta contra o narcotráfico, o terrorismo etc evitando que o Brasil desenvolva uma indústria bélica competitiva ou venha a adquirir armas de destruição em massa.

No campo econômico, a estratégia americana tem como objetivo assegurar a liberdade de ação das empresas estadunidenses, evitando o surgimento de empresas que possam competir com as transnacionais americanas. “De forma secundária, porém certamente complementar, procura sugerir com insistência na adoção de políticas de “crescimento” econômico com base em vantagens comparativas estáticas.” (Guimarães, 1999: 102)

Para Guimarães a estratégia política americana em relação ao Brasil tem como principal objetivo convencer os governos brasileiros a serem receptivos às iniciativas políticas no hemisfério, mantendo ao mesmo tempo um diálogo com a oposição, e por fim procurar evitar que o Brasil se articule com outros Estados de forma a pôr em risco a hegemonia e a capacidade de negociação americana.

A estratégia ideológica americana segundo Guimarães é central para todas as outras, pois procura convencer a elite e a população brasileira do desinteresse e do altruísmo americano em suas relações com o Brasil, inclusive com o objetivo de garantir o apoio da elite brasileira em relação à idéia de liderança americana como sendo benéfica ao continente e ao mundo. Para atingir esses objetivos, a estratégia americana visa garantir o livre acesso dos instrumentos de difusão do **American Way Life** para a sociedade brasileira em instituições americanas delineando assim grupos de influência americana no Brasil.

### **4.3 O Conselho de Segurança e o Brasil**

O principal sistema de controle das estruturas hegemônicas sobre a periferia é o sistema das Nações Unidas através do Conselho de Segurança que é a princípio, independente em suas decisões e que não presta contas nem à Assembléia Geral nem a qualquer outro organismo.

Mesmo havendo alguns argumentos contrários Guimarães observa que a candidatura brasileira ao Conselho é de extrema importância, pois a tendência após a inclusão do Japão e da Alemanha é a de concentração de riqueza, poder e tecnologia, deixando de fora do Conselho apenas países que, pelas suas características, serão cada vez mais fracos em comparação com os membros permanentes.

“A sociedade e o governo têm tarefas internas enormes e urgentes a enfrentar, mas não há dúvidas que a sociedade e o Estado brasileiro se encontram hoje mais vinculados ao sistema internacionais e mais vulneráveis a eventos internacionais políticos e econômicos do que em qualquer momento do seu passado. A questão da participação no Conselho não é uma questão de prestígio e sim de garantia de que decisões da “comunidade internacional” (isto é, do Conselho) – que afetarão a organização política e econômica internacional assim afetando o Brasil – sejam tomadas com sua real participação. O Brasil deixaria de ser apenas objeto de decisões e obrigado a cumpri-las e passaria a ser sujeito, parte efetiva do processo de tomada de decisão, que será central para a constituição e gestão do sistema internacional”. (Guimarães, 1999, p. 118)

### **4.4 O Mercosul e o Brasil**

Para Samuel Pinheiro Guimarães, a formação de blocos econômicos e políticos são um dos fenômenos mais importantes do cenário internacional para os grandes Estados periféricos.

Para Guimarães a principal vantagem econômica de curto e médio prazo do Mercosul para cada um dos quatro Estados membros é o acesso preferencial, sem pagamento de direitos aduaneiros e livre de barreiras não tarifárias, ao mercado dos outros três países, o que lhes permite melhor concorrer com as empresas exportadoras mais



poderosas em termos financeiros, organizacionais e tecnológicos, dos países mais desenvolvidos, em especial os Estados Unidos.

“Na medida em que devido a ALCA, as empresas americanas e canadenses passem a desfrutar do mesmo tratamento de tarifa zero nos mercados do Mercosul deverão se reduzir as exportações do Brasil e da Argentina intra-Mercosul e os produtores brasileiros e argentinos, hoje protegidos da maior capacidade competitiva daquelas empresas pela Tarifa Externa Comum (TEC), sofrerão uma renovada e forte competição direta em seus próprios mercados nacionais. Assim os atuais superávits americanos com os países do Mercosul se ampliariam, inclusive devido ao fato de que sendo a tarifa média americana mais baixa do que o nível médio da TEC, a redução a zero de ambas certamente ocasionaria, segundo Guimarães, um aumento mais do que proporcional das exportações americanas e canadenses para o Mercosul, não importando o que ocorresse com as barreiras não tarifárias.

O ganho para exportações brasileiras, em decorrência da redução à zero das tarifas norte-americanas e mesmo da derrubada das barreiras não tarifárias não seria significativo, tendo em vista a menor competitividade dos produtos manufaturados brasileiros diante da produção local americana, européia e asiática no mercado interno dos Estados Unidos e dos produtos agrícolas brasileiros diante da maior eficiência da agricultura americana.

Isto posto pode-se observar que do ponto de vista do comércio exterior, a ALCA significaria um provável aumento do déficit com os Estados Unidos e uma redução das exportações brasileiras para a América do Sul, com resultado final de um aumento do déficit global da balança comercial brasileira.

Um dos principais estímulos ao investimento direto estrangeiro em qualquer região do mundo tem sido a “vantagem” que deriva de saltar as barreiras que protegem os mercados nacionais e assim, dentro deles, produzir o que antes não se podia, ou era difícil exportar, inclusive gozando agora de maior estabilidade de regras. Haveria uma tendência à redução da formação de capital indústria no Brasil e na Argentina devido à redução do estímulo aos investimentos diretos americanos que hoje se fazem para aproveitar a preferência Mercosul, isto é, a tarifa zero entre os quatro mercados, consolidada juridicamente, defendida pela TEC, e que, inclusive pode vir a se alterar para cima em certas circunstâncias dificultando as exportações.” (Guimarães, 1999: 122)

Em 1986 tendo em vista as limitações da ALADI, Brasil e Argentina decidiram iniciar um programa de integração e cooperação econômica bilateral que além da formação gradual de uma zona de livre comércio e eventualmente de uma união aduaneira previu a elaboração de políticas comuns e programas de cooperação em áreas de alta tecnologia tais como a nuclear a aeronáutica e a biotecnologia. Esse programa tinha objetivos políticos também, pois ao contribuir para mover a histórica desconfiança entre os dois países e sua competição por influência econômica e política na América do Sul em especial no Cone Sul lhes permitiria uma atuação conjunta mais eficiente no cenário político internacional nas organizações multilaterais e em suas relações bilaterais com as grandes potências.

Em 1988 os dois governos decidiram celebrar um tratado de integração que desse maior legitimidade aos precipícios e consolidasse os resultados dos programas de integração tornando-o menos burocrático e mais democrático.

Então em 1991 com o tratado de Assunção as autoridades dos dois países decidiram aceitar a participação do Uruguai e do Paraguai e transformar o programa bilateral com seus mecanismos graduais e adaptados às peculiaridades dos diferentes setores e momentos em um esquema automático e acelerado de redução e eliminação de tarifas externa comum como instrumento auxiliar do processo geral de redução de tarifas em que já estavam empenhadas.

Guimarães observa que a leitura do tratado de Assunção revela que seus objetivos são prioritariamente comerciais de liberalização e abertura de mercados sem pretensão efetiva a coordenação de políticas macroeconômicas e a formulação de políticas comuns, mencionando apenas sua conveniência, sem estabelecer compromissos ou indicar mecanismos para atingir tais fins.

“A ampliação geográfica do Mercosul tem significado, principalmente, um processo de regularização do patrimônio histórico de concessões tarifárias através de sua multilateralização” (Guimarães 1999: 32).

Porém caso a ALCA ou outro acordo nas mesmas bases venha a se materializar a tendência é a de a zona de livre comércio do Mercosul se ampliar de quatro para trinta e quatro parceiros restando apenas a Tarifa Externa Comum, que sofrerá fortes pressões pra

desaparecer em decorrência da eventual negociação de um acordo de livre comércio entre a União Européia e o Mercosul.

A ALCA trará como consequência global o agravamento do desequilíbrio comercial entre o Brasil e os Estados Unidos e do desequilíbrio global do comércio exterior brasileiro. “Como a parte financeira é tratada de forma estanque pelos países credores o desequilíbrio do balanço de contas correntes se agravará principalmente se persistirem as políticas de câmbio fixo e de altas taxas de juros para atrair capitais de curto prazo, com as consequências sobre a acumulação de capital o nível de produção e o emprego” (Guimarães, 1999: 134).

Para Guimarães a criação de um território econômico comum faria com que as decisões tomadas em Washington sobre política monetária e fiscal tivessem um impacto maior do que tem hoje sobre a atividade econômica em toda a área sem que a população brasileira estivesse sequer representada nesse processo decisório. E ainda no caso de se estabelecer a paridade entre o dólar e o real desapareceria a possibilidade de uma política monetária autônoma como visto na Argentina.

Guimarães finaliza dizendo que o Brasil se tornaria o maior e o mais inerte Estado periférico, pois ainda que seus governantes superassem as amarras ideológicas que os prendem e recuperassem a capacidade de ação autônoma o país enfrentaria enormes dificuldades, pois veria reduzida drasticamente com a ALCA e o acordo com a União Européia a possibilidade legal de utilizar os mecanismos de política industrial, tecnológica e comercial para acelerar a acumulação interna de capital necessária ao aumento da produtividade da produção e da renda de sua população.

“Os desequilíbrios sociais e econômicos internos se agravariam sem que os Estados tivessem os recursos, a visão ideológica, a vontade política e a possibilidade legal de intervir de forma enérgica no processo social, enquanto a vulnerabilidade externa se agravaria em função do descompasso entre os setores comercial e financeiro do balanço de pagamentos.” (Guimarães, 1999: 134)

## CAPÍTULO V

### O BRASIL EM BUSCA DE UM FUTURO MELHOR

#### 5.1 Desafios e possibilidades

Assim como o objetivo estratégico das estruturas hegemônicas de poder é a sua própria preservação e expansão, os objetivos estratégicos dos grandes Estados periféricos em especial o Brasil seria participar dessas estruturas hegemônicas de forma soberana e não subordinada, ou pelo menos deixar de ser tão vulnerável em relação as ações dessas estruturas.

Os objetivos dos grandes países periféricos segundo Guimarães são: a redução de suas disparidades internas, a construção de sistemas democráticos reais, a luta pela multiculturalidade e, finalmente, a redução de sua vulnerabilidade externa.

“A redução das desigualdades internas extremas tem de se iniciar por um programa articulado, dirigido a diminuir as disparidades entre as distintas regiões do país, isto é, entre a qualidade de vida atual e potencial dos habitantes dessas regiões. O futuro de qualquer país como tal não existe, ou fica em extremo prejudicado, caso se agravem as rivalidades em um contexto de escassez de recursos, de instabilidades internacionais e de internacionalização da economia, o que pode corresponder a um enfraquecimento político dos laços que unem as distintas regiões do país, devido ao esgarçamento dos vínculos que constituem o mercado interno. A questão grave que hoje se coloca é a de que certas políticas neoliberais (ainda que seus formuladores e executores não “aceitem” que elas sejam assim denominadas), assim como certas estratégias políticas de descentralização de competências e políticas e, portanto, a instabilidade social, política e até territorial.” (GUIMARÃES, 1999: 136)

A redução das disparidades internas passa pela tão sonhada redistribuição da renda e vai até a finalização da reforma agrária a qual até hoje não saiu do papel. Guimarães vai dizer ainda que para que isso ocorra é necessário que tais programas sejam acompanhados

por políticas diferenciadas de geração de empregos que permitam o aumento da produtividade (e dos rendimentos) do trabalho. “Somente o aumento da produtividade, caso este seja apropriado em parte pelo trabalho, pode elevar, de forma permanente, o nível de renda de um indivíduo.” Guimaraes,1999: 137)

Estes programas só geram resultados a médio longo prazo, mas é necessário que a população tenha a percepção de eles existem para vislumbrar alguma melhora futura.

Reduzir a vulnerabilidade em relação a sua política externa constitui outro grande desafio para o Brasil. “A redução das vulnerabilidades econômicas externas e a criação de uma capacidade industrial militar própria, com estratégia e táticas próprias – ainda que apenas para equipamentos militares convencionais – como forma de estimular a pesquisa tecnológica e de adquirir gradualmente o conhecimento necessário a etapas superiores, são igualmente condições para superar a vulnerabilidade política externa”.(Guimaraes, 1999: 141)

“A expansão dos organismos internacionais” e a normatização colocam para o Brasil um desafio extraordinário que é disfarçado pelo nosso culto ao formalismo jurídico e pela idéia, altamente equivocada, de que é melhor ter uma norma jurídica internacional do que não ter.

“Não é preciso pensar duas vezes para concluir que é pior aceitar e legitimar uma norma jurídica internacional assimétrica ou falsamente “recíproca”, que cristaliza uma relação de poder prejudicial ao Brasil, do que não aceitá-la.” (GUIMARÃES, 1999: 149).

As agências internacionais estão engajadas num processo amplo de elaboração de normas, induzido e conduzido pelos Estados que estão no centro das estruturas hegemônicas, para disciplinar as relações econômicas e políticas internacionais, de tal forma que se consolide e perpetue o poder daquelas estruturas hegemônicas.

Por outro lado, a concentração de poder político e militar que se verifica pela ação combinada de fortalecimento do Conselho de Segurança e da imposição de acordos “desiguais” de armamentos – convencionais ou não torna a questão do ingresso do Brasil no Conselho de Segurança a questão central da política externa.

Guimarães expõe a necessidade do acesso a tecnologia de ponta também como forma de atração de mão-de-obra científica excedente em certos países.

Já com relação as questões relativas ao meio ambiente observou-se que o desafio a se enfrentar é evitar que os países centrais os quais são responsáveis quase que exclusivos pelo risco principal ao meio ambiente seja pela emissão de gases tóxicos, seja principalmente pelo seu estoque de armas, centrais e dejetos nucleares, venham a conseguir a aprovação de estratégias internacionais que incluam metas e sistemas de distribuição de encargos que penalizem os países subdesenvolvidos, tornando-os responsáveis por uma parcela maior dos custos de preservação ambiental.

## CAPÍTULO VI

### 6.1 Conclusão

O projeto ALCA transcende o direito nacional dos Estados periféricos e os obriga a condicionar-se a uma ordem supranacional. Esse ordenamento torna inválido o direito nacional bem como toda nova fonte de direito nesse sentido, na melhor das hipóteses o situará em um nível de regulação geral.

Dessa forma a ALCA demonstra ser um projeto altamente antidemocrático e autoritário que visa basicamente atender aos interesses dos Estados Unidos. Observa-se este fato não só pelas lacunas de seu processo de formação que apresentam várias impossibilidades para eventuais reformas de regulação econômica, como também por seu conteúdo o qual é quase que imposto em forma de lei para os Estados que dela eventualmente façam parte, os quais a reconheceriam como norma superior tornando inerte o funcionamento dos congressos e parlamentos latino-americanos envolvidos o que é um absurdo, gerando é claro um grave problema de soberania.

Observando o projeto fica claro que a ALCA pretende fazer valer reformas estruturais irreversíveis, pelo menos do ponto de vista jurídico. Uma eventual reforma da normatividade da ALCA iria requerer um trabalho gigantesco que devido à constituição atual do sistema econômico acabaria nas mãos das chamadas “instâncias técnicas do acordo”, que como não poderia deixar de ser estão nas mãos dos Estados Unidos. Participar da ALCA ou de qualquer outro projeto nestes moldes é concordar com a extinção da soberania nacional deixando de lado as políticas externa, comercial, industrial e tecnológica.

“ O direito de soberania vem do exclusivo direito do capital, que flui agora livremente, em suas diversas formas, como capital produtivo, mercadoria ou espécie. Tal direito se constitui em um dos pilares da nova ordem (sistema de poder) transnacional. Tal direito é essencialmente um direito privado, um direito das empresas transnacionais, todavia em sua aparência pareceria revelar-se como outra instituição do velho direito publico internacional e por isso é que

seria ingenuidade considerar a ALCA como um projeto de integração econômica do hemisfério ocidental.” (Estrada, 2004: 133)

A ALCA é um complemento de outras organizações da mesma natureza, com os quais se completa a complexa rede normativa de domínio capitalista em escala hemisférica mundial.

Faz-se necessário lembrar que os Estados Unidos enquanto superpotência no centro das estruturas hegemônicas interpreta e utiliza a idéia de Estado de Direito, Direito Internacional bem como as agências internacionais, entre elas as Nações Unidas do modo que convém a seus interesses.

A normatividade da ALCA evidencia não só o processo de perda da soberania do Estado, mas também as transformações de seu papel e funções na nova ordem que Estrada vai chamar de sistema de poder das transnacionais.

O projeto ALCA em sua normatividade coloca os Estados latino-americanos praticamente como marionetes nas mãos os Estados Unidos cuja pretensão é fazer destes, meros administradores locais, supervisionando os interesses estadunidenses.

O direito a livre mobilidade tão aclamado pelos Estados Unidos parece servir apenas ao fluxo de capitais em suas diversas modalidades. Após o ataque terrorista de 11 de setembro de 2002 os EUA encontraram motivo maior para retringir ao máximo o ingresso de pessoas a seu país não obstante seu interesse em mentes que de alguma forma possam vir a potencializar seus objetivos nas mais diversas áreas.

O Brasil é o foco das pretensões estadunidenses em relação ao hemiesferio ocidental posto que este é o único país, devido suas dimensões e ao seu potencial, que pode competir política e economicamente com os Estados Unidos na América do Sul. “Assim, é preciso encarar a ALCA como um projeto essencialmente entre o Brasil e os EUA, tendo em vista os parques industriais muito limitados dos demais países, com exceção do México e da Argentina e entre os EUA e diversos países sul-americanos, como é o caso da Venezuela e da Colombia”. (Guimarães, 1999: 121)

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto é um dos principais articuladores brasileiros neste processo de luta contra a ALCA.



Chegou inclusive a ser destituído do cargo de Diretor de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI), em função disto.

Hoje o embaixador ocupa o cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores no Itamaraty, de onde coordena vários projetos de integração no hemisfério sul.

Nesse contexto, apesar do peso relativamente pequeno do Mercosul na Alca, os dados sugerem a importância da região num processo de implementação de uma área de livre comércio hemisférica.

Infelizmente o Mercosul não se constituiu enquanto bloco econômico do hemisfério sul, tornou-se apenas uma união aduaneira. Liberdade de comércio entre os países-membros e para os demais países uma tarifa externa comum.

Seria necessário uma grande transformação do Mercosul para fazer dele um instrumento de desenvolvimento econômico e não apenas instrumento de expansão do comércio entre os quatro países membros.

A teoria da dependência desenvolvida por Marini valida a exploração ampliada do trabalho na América Latina, na qual se configura uma estrutura produtiva e social em função do mercado externo, não cabendo ao mercado interno a reprodução do capital, e neste sentido, a força de trabalho pode ser mais explorada do que nos países centrais.

A releitura de Marx, Ricardo, List, Arrighi e Marini enfatizam a importância no contexto atual, que é de grandes transições, de resgatar teorias passadas, porém ainda atuais para explicar a dura realidade na qual o capitalismo se desenvolve, tanto no seu marco geral, quanto nas suas particularidades latino-americanas.

O processo que parece estar em voga é o de recolonização da periferia, de forma indireta.

Observando os dispositivos da ALCA conclui-se que os Estados Unidos assim com Portugal e Espanha na época do império, querem expropriar os países latino-americanos, só que agora de maneira mais sutil e menos transparente.

Porém a teoria também nos mostra que o capitalismo só pode reproduzir-se pela exploração de outrem, tal qual como um vírus que evolui e que muda a forma e a estratégia de ataque visando a sua perpetuação de sua espécie até chegar ao limite.

O que fazer? Começar a andar na contramão dos caminhos impostos pelos países centrais, como fizeram e fazem a Índia e a China sem que para isso se tenha de usar a violência.

As disparidades de, renda, cultura, poder político e a vulnerabilidade externa da sociedade brasileira somente podem ser enfrentadas pela intervenção organizada da coletividade, através de um Estado soberano.

Infelizmente o século 21 tem sido caracterizado por enormes concentrações de poder de toda a ordem emanados principalmente pelos Estados Unidos e o que se observa são os países periféricos sendo cada vez mais atingidos pela política de força e arbítrio, que cobra destes a obediência e a submissão às regras internacionais que as estruturas hegemônicas elaboram e impõem ao mundo.

## 7. REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESTRADA, Álvarez Jairo. **Constucción Del Modelo Neoliberal En Colômbia 1970 – 2004**. Ed. Aurora, 2004.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de nosso Tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

BAUMANN, Renato. **ALCA: Esperanças, Preocupações, Desafio**. UNB revista. Brasília. V. 2, n.6, p. 36-38, 2002.

BÊRNI, Dulio de Avila. **Técnicas de Pesquisa em Economia. Transformando Curiosidade em Conhecimento**. Florianópolis: Ganges, 1998. Edição Obis.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. 2 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEPAL (1997). **Balance preliminar de las economias de América Latina y Caribe 1997**. Disponível em <http://www.eclac.org>. Acesso em outubro 2005.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GIMENES, Fatima Maria Pregorini. **ALCA – A Proposta de Integração Assimétrica: Os Possíveis Riscos para o Mercosul**. Revista de ciências empresariais da UNIPAR, Toledo: v.3, n. 1 p. 03-18, jan./jun. 2002.

GUIMRÃES, Samuel Pinheiro Guimarães. **Quinhentos anos de Periferia**. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Editora da Universidade/UFRGS/Contraponto, 1999.

HOBSON, J. A. (John Atkinson), 1858 – 1940. **A Evolução do Capitalismo Moderno**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2 ed.rev. e amp, 1990.

LIST, Friedrich; HODGSKIN, Thomas. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARINI, Ruy Mauro. 1932-1997. **Dialética da Dependência / Uma Antologia de Ruy Mauro Marini**; organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro Primeiro, volume II**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

**O BRASIL e a ALCA: Tributação e Integração**. São Paulo: Forma 3. Editoração, 2001.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

REZA, Germán A. De La. Ilusão de Acesso: **O Modelo ALCA. Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, RJ: PUC/RJ v.24, n.2, p.363-395, jul./dez, 2002.

RICARDO, David. 1772-1823. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SUNKEL, Osvaldo. **Capitalismo transnacional y desintegración nacional em América Latina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972.

TAVARES, Maria Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. 11ª edição. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar, 1983.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **The Modern World – system**. New York: Academic, c.1980.

